ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL "PRESIDENTE CASTELO BRANCO" E.I.E.F.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ

FEVEREIRO / 2024

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO..... 07

1.1 LOCALIZAÇÃO..... **07**

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO..... **07**

1.2.1 MUDANÇAS NA ESTRUTURA FÍSICA E/OU MUDANÇA DE ENDEREÇO **22**

1.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO **23**

1.3.1 NÍVEL DE ESCOLARIDADE **24**

1.3.2 CARGOS, FUNÇÕES E VÍNCULO EMPREGATÍCIO **27**

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONOMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR.....**29**

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS **29**

1.5.1 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....**30**

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR. **31**

1.6.1 QUANTITATIVO DE TURMAS ATENDIDAS, ETAPAS E MODALIDADES **31**

1.6.2 CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ANUALMENTE..... **32**

1.6.3 QUANTITATIVO DE CRIANÇAS OU ESTUDANTES POR TURMA..... **33**

1.6.4 PROJETOS PRÓPRIOS DAS INSTITUIÇÕES E OFERECIDOS PELA MANTENEDORA..... **34**

1.6.5 QUADRO DE HORÁRIOS DA EQUIPE DOCENTE E HORA ATIVIDADE **55**

1.6.6 PLANO DE ATIVIDADES A EREM DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS; EM ÁREAS VERDES, RECREIO DIRIGIDO **57**

1.6.7 PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL. **58**

1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR.....**59**

1.8 CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLAR **60**

1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **60**

2. CONCEPÇÕES 61
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE 61

2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **61**

2.1.2 DIREITOS HUMANOS **61**

2.1.3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO **62**

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO 62

2.2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **62**

2.2.2 CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA E CRIANÇA **63**

2.2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR **68**

2.2.4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. **69**

2.2.5 TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL **71**

2.2.6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EDUCAÇÃO ESPECIAL ENQUANTO MODALIDADE DE ENSINO TRANSVERSA, ATENDIMENTO EDUCACIONALESPECIALIZADO E ATENDIMENTO DOMICILIAR **72**

2.2.7 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS **74**

2.2.8 CONCEPÇÃO DO ENSINO INTEGRAL. **75**

2.2.9 AÇÕES DE MONITORAMENTO PARA A BUSCA ATIVA DAS CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES INFREQUENTES **76**

2.2.10 INSTRUMENTOS DE REGISTROS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO ESCOLAR (SISTEMA EDUCACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO - SERP E CONSELHO TUTELAR) **77**

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO 77

2.3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **77**

2.3.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA..... **78**

2.3.3 EIXO DE GESTÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, DOS RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, MATERIAIS, E FINANCEIROS..... **79**

2.3.4 ARTICULAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE. **80**

2.3.5 ARTICULAÃO ENTRE O DIRETOR, OS PEDAGOGOS E OS DEMAIS PROFISSIONAIS..... **83**

2.3.6 REGISTROS OFICIAIS DE OCORRÊNCIAS PEDAGÓGICAS E INTERPESSOAIS NO AMBIENTE EDUCACIONAL. **84**

2.3.7 ARTICULAÇÃO ENTRE A UNIDADE EDUCACIONAL E A MANTENEDORA.....**84**

2.3.8 ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ESTUDANTES **85**

2.3.9 PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO A QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO BULLYING, AO CYBERBULLYING, DE ACORDO COM A LEI 14.811/2024 ..... **86**

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO 88

2.4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **88**

2.4.2 PLANO DE AÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM **89**

2.4.3 PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR. **91**

2.4.4 PLANO DE AÇÃO DO PEGAGOGO COORDENADOR..... **99**

2.4.5 PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO ORIENTADOR **101**

2.4.6 PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVA **103**

2.4.7 PLANO DE APOIO DA EQUIPE DE APOIO OPERACIONAL **106**

2.4.8 PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR..... **107**

2.4.9 PLANO DE TRABALHO DOCENTE **108**

2.4.10 PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO **110**

2.4.11 PLANO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR. **113**

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO 114

2.5.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... **114**

2.5.2 DIREITOS E OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM **114**

2.5.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM **116**

2.5.4 ORGAIIZAÇÃO DO TEMPO, DO ESPAÇO E GESTÃO EM SALA DE AULA **118**

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO..... 119

2.6.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... **119**

2.6.2 O PROCESSO AVALIATIVO COERENTE COM AS CONCEPÇÕES DE INFÂCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E APRENDIZAGEM/ DESENVOLVIMENTO..... **127**

2.6.3 ANÁLISE DE AVANÇOS E DIFICULDADES PEDAGÓGICAS **131**

2.6.4 INSTRUMENTOS PARA OS REGISTROS DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **132**

2.6.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL..... **134**

2.6.6 RECUPERAÇÃO PARALELA DE ESTUDOS **135**

2.6.7 AVALIAÇÃO EXTERNA..... **136**

2.6.8 ORGANIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE, PRÉ E PÓS CONSELHOS **137**

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA 138

2.7.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... **138**

2.7.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL OFERTADA PELA MANTENEDORA. **139**

2.7.3 FORMAÇÃO CONTINUIDADE NA INSTITUIÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO DA HORA ATIVIDADE Nº 01/2018. ..... **139**

2.7.4 FORMAÇÃO CONTINUADA EM ESPAÇOS PEDAGÓGICOS EXTERNOS A INSTITUIÇÃO **140**

2.7.5 FORMAÇÃO CONTINUADA EM PLATAFORMAS VIRTUAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS **140**

3 MATRIZ CURRICULAR. 141

3.1 PLANEJAMENTO TRIMESTRAL 144

4 PROPOSTA CURRICULAR 344

REFERÊNCIAS 345

ANEXOS 353

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Localização

Município: Paranaguá Código: 1840

Instituição: Escola Municipal em Tempo Integral Presidente Castelo Branco – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Código INEP = 01146288 / 0001 - 70SAE:184000180

Rua: MarioMacaggi, s/n Bairro: Vila Horizonte

Telefone = (041) 3721-1744

1.2 Histórico da instituição

A Escola Castelo Branco fica localizado na Rua Mário Macaggi, s/nº, bairro Vila Horizonte, na zona periférica, telefone (41) 3721-1744, CEP 83.206-180, sob a resolução nº 1297/84, e recebeu este nome em homenagem ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, homem de cultura universal que foi um militar e político brasileiro, primeiro Presidente do Regime Militar instaurado pelo golpe militar de 1964.

Este Estabelecimento de Ensino foi inaugurado no dia 28 de julho de 1972, no ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil com o nome de Grupo Escolar Presidente Castelo Branco.

Construída com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Paranaguá, contava com seis salas de aula, dois banheiros, parte administrativa e uma grande área livre para prática de esportes e lazer.

Em 1973, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5692/71 passou a chamar-se Unidade Escolar Municipal “Presidente Castelo Branco”,

implantando gradativamente o ensino de 5ª a 8ª série, vindo a formar a primeira turma em 1976.

Em 1977, com a extinção da Escola Municipal “São José”, todos os alunos e professores passaram para o Castelo Branco.

Relação de diretores e período de atuação

1974 a 1976 - Professora Jandira Gonzaga da Silva
1977 a 1979 - Professora Ivonete Corrêa Maceno
1980 - Professora Rosa Ana Tarram Bittencourt
1981 a 1982 - Professora Francisca dos Santos Bentes
1983 a 1992 - Professora Eliana Borges Fernandes
1993 - Professora Nadir Moscardi Rosina
1994 a 2004 - Professora Iara da Costa Freitas
janeiro a julho 2005 () - Professora Odete Zacarias
agosto 2005 até os dias atuais - Jucimara Rodrigues da Luz

Equipe pedagógica

Jucimara Rodrigues da Luz - Direção - jucimara.luz@paranagua.pr.gov.br

Claudia Guilherme do Rosário Bulati - Pedagoga - claudia.bulati@paranagua.pr.gov.br

Janaina de Oliveira Ricardo - Pedagoga - janaina.ricardo@paranagua.pr.gov.br

DependênciaAdministrativa = SEMEDI – Secretaria Municipal de EducaçãoIntegral

Entidade Mantenedora = Prefeitura Municipal de Paranaguá

Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino =nº 87511/07/1972

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino = nº 022/115

Quadros de atos normativos

A tabela a seguir apesenta os marcos legais expedidos pela SEMEDI e COMED que afetam diretamente o funcionamento da Instituição.

Decreto/Atanº875 de 11 de julho de 1972	Criação
Resolução nº3.720/81	Autorização de Funcionamento
Resolução nº08/03 de 31 de janeiro de 2003	Renovação para funcionamento do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.
Deliberação nº001/09-COMED	Orientação para o Sistema Municipal de Ensino na transição da vigência do Sistema Estadual de Ensino em 2009.
Ato Administrativo nº266	Aprovação do Regimento Escolar do Ensino Fundamental de 09 anos.
Ato Administrativo nº022/2012 de 13 de novembro de 2012	Aprovação do Regimento Escolar

PROCESSO Nº 01/2017

DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N.º 01/2017 APROVADO EM 20/12/2017

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INTEGRADAS AO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ/PARANÁ.

RELATORA: JOSIANA RIBEIRO VERNIZI

O Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, Órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino, com funções normativa, deliberativa, consultiva, fiscalizadora, propositiva, mobilizadora, controle social e de assessoramento aos demais órgãos e instituições, de acordo com suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Nº 2759 de 29/05/2007, alterada pela Lei Nº 3490 de 18/09/2015 e considerando a Portaria Nº 03/2017 de 25/10/2017,definidas pelas Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas,

DELIBERA:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DA ELABORAÇÃO

Art. 1º Os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino, serão elaborados contemplando os aspectos contidos na presente Deliberação.

Art. 2º A elaboração do Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino será coletiva, envolvendo todos os segmentos da Comunidade Escolar, pautada no princípio da Gestão Democrática, conforme os arts. 12, 13 e 14 da LDB 9394/96:

Parágrafo único. Entende-se por Comunidade Escolar educandos, pais e profissionais da educação, sendo eles:

a) educandos;
b) pais e/ou responsáveis;
c) diretor;
d) coordenador pedagógico;
e) orientador pedagógico;
f) professor;
g) educador;
h) monitor;
i) secretário geral;
j) assistente administrativo;
k) auxiliar de serviços gerais; (apoio operacional)
l) e demais profissionais da educação.

Art. 3º A instituição de ensino elaborará um Projeto Político-Pedagógico, único, que contemple todas as etapas e modalidades da Educação Básica, oferecidas na instituição de ensino, considerando também as especificidades das Escolas do Campo:

I - serão consideradas as peculiaridades e a legislação específica para cada etapa e modalidade da Educação Básica na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino.

II - na elaboração do Projeto Político-Pedagógico a escola observará, na forma da Lei, o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

III - o Projeto Político-Pedagógico deve prever em suas práticas a integração entre seus aspectos físicos, psicológico, integral, linguístico e social, considerando os direitos da criança.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA

Art. 4º O Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino será constituído pelos seguintes elementos:

I - identificação da instituição de ensino:

a) dados da instituição de ensino: localização, telefone, e-mail, dados institucionais (fundação, criação, autorização de funcionamento), horários de (funcionamento) expediente, etapas e modalidades de ensino;

b) histórico da instituição de ensino;

c) quadro de Atos (autorização de reconhecimento) - Anexo I;

d) biografia do patrono;

e) organização escolar;

f) estudo da realidade: social, econômico e cultural.

II - fins e objetivos:

a) concepção de: Criança; Infância; Educação Infantil e Ensino Fundamental; Desenvolvimento e Aprendizagem; Cidadão; Cultura e Diversidade; Identidade e Diferença (autonomia).

b) concepções Pedagógicas, Filosóficas e Psicológicas, adotadas pela instituição de ensino, no que se refere à Educação Infantil e Ensino Fundamental, em todas as modalidades;

c) concepção de avaliação do desenvolvimento integral da criança, na Educação Infantil e Ensino Fundamental;

d) princípios norteadores;

e) objetivos da escola;

f) organização curricular;

g) matriz curricular.

III - diagnóstico e definição de metas:

a) eixo Ensino e Aprendizagem:

1. síntese dos resultados do processo ensino-aprendizagem (IDEB, Prova Brasil, Mutirão da Leitura, Resultados Internos);

2. ações de apoio pedagógico e ações de inclusão;

3. análise de avanços e dificuldades;

4. propostas de ações para o ano corrente;

5. projetos pedagógicos, incluindo: Plano de Ação do Diretor Escolar; do Pedagogo Coordenador Escolar e do Pedagogo Orientador Escolar;

6. articulação entre ações de cuidar e educar, no processo de acolhimento e adaptação das crianças e de suas famílias;

7. articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental, no período de transição, garantindo a especificidade do atendimento das crianças de (zero a cinco anos de idade).

b) eixo Gestão de Recursos Humanos, Físicos, Materiais e Financeiros:

1. levantamento de ações que potencializaram recursos para criação de condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

2. análise de avanços e dificuldades;

3. descrição do espaço físico, instalações e equipamentos, resguardadas as especificidades etárias das crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

4. propostas de ações para o corrente ano, incluindo: Plano de Ação da equipe de apoio administrativo e da equipe de apoio operacional.

c) eixo Gestão Democrática e Participativa:

1. integração escola-comunidade;

2. projetos em parceria;

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

3. instituições auxiliares: APMF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. Incluindo: Plano de Ação do Conselho Escolar, Proposta de Trabalho da Escola para a articulação com a família e a comunidade;

4. parcerias.

d) eixo Formação Continuada:

1. diagnóstico e Plano de Formação Continuada;

2. Formação Continuada para professores e funcionários.

IV - organização da instituição de ensino:

a) quadro geral de FUNCIONÁRIOS e EQUIPE DOCENTE da I.E.;

b) quadro de HORÁRIOS da EQUIPE DOCENTE e HORA ATIVIDADE;

c) quadro de TURNOS e CLASSES;

d) quadro de MATRIZ CURRICULAR;

e) quadro da organização de todos os grupos de crianças da Educação Infantil, indicando cada um deles a faixa etária das crianças, o número de crianças e professores;

f) quadro de HORÁRIOS das TURMAS, por turno;

g) quadro de UTILIZAÇÃO de quadra, de laboratório e outros espaços pedagógicos;

h) plano de ATIVIDADES a serem desenvolvidas nos ESPAÇOS PEDAGÓGICOS, em ÁREAS VERDES e no RECREIO;

V - Avaliação:

a) avaliação pedagógica;

b) proposta de recuperação de estudos;

c) aceleração de estudos;

d) avaliação institucional;

e) avaliação de desempenho dos profissionais;

f) proposta com objetivos, metas, ações, cronograma, espaço, responsabilidade, parcerias;

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

g) proposta de acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (periodicidade, instâncias envolvidas).

VI - Calendários:

a) calendário escolar: atividades pedagógicas e festividades:

b) calendário de reuniões APMF e Conselho Escolar;

c) calendário de prestação de contas;

d) regime de funcionamento da Educação Infantil de acordo com o calendário escolar.

Art. 5º A caracterização da Comunidade Escolar explicitará as condições de vida da comunidade atendida, suas necessidades e possibilidades.

Art. 6º O Projeto Político-Pedagógico estabelecerá as concepções a partir das quais as ações da Instituição de Ensino serão desenvolvidas:

I - na concepção de sociedade, será considerada a questão da inclusão social na qual a instituição de ensino seja um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção étnica, de classe, gênero ou características pessoais, ou de grupos, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita, como desejada;

II - na concepção de educação, estarão definidas as concepções de infância, adolescência, adulto e idoso, considerando-se as necessidades, diversidades e especificidades dos educandos a serem atendidos, nas modalidades oferecidas na rede municipal de ensino;

III - na concepção de gestão, o princípio de gestão democrática é o que norteará o Projeto Político-Pedagógico de todas as instituições de ensino, que esclarecerá seus instrumentos:

a) conselho escolar;

b) associação de pais e profissionais da educação;

c) grêmio estudantil;

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

d) formas de articulação entre escola-família-comunidade;

e) regimento escolar;

f) outros instrumentos que favoreçam o princípio de Gestão Democrática.

IV - a concepção de planejamento estará em conformidade com o princípio de Gestão Democrática, sendo participativo e ocorrendo em todas as instâncias da instituição de ensino:

a) projeto Político-Pedagógico;

b) proposta Curricular;

c) plano de Ação da Escola;

d) plano de Ensino.

V - a concepção de currículo estabelecerá a organização do tempo e do espaço da instituição de ensino;

VI - na concepção de avaliação constará que esta é contínua, cumulativa, somatória, formativa, com prevalência dos aspectos qualitativos, sobre os quantitativos, apresentando seus critérios e instrumentos, respeitando os mesmos, inerentes a cada etapa: Educação Infantil e Ensino Fundamental;

VII - o Projeto Político-Pedagógico estabelecerá os processos de avaliação nas seguintes esferas:

a) avaliação institucional;

b) avaliação de processo ensino-aprendizagem.

Art. 7º O regime de funcionamento apontará os dados reais das instituições de ensino e indicará também, as necessidades de expansão e melhorias em relação aos seguintes pontos:

I - etapas e modalidades da Educação Básica, oferecidas na instituição de ensino;

II - horário de funcionamento;

III - número de turmas;

IV - número de educandos por turma.

Art. 8º Nas condições física e materiais, o Projeto Político-Pedagógico explicitará:

I - Na sua caracterização, as condições reais da instituição de ensino;

II - As suas necessidades para a implementação do Projeto Político-Pedagógico no que se refere a:

a) espaço adequado;

b) salas disponíveis, compatíveis com a necessidade mínima de espaço adequado ao trabalho de qualidade;

c) condições de acessibilidade, conforme prevê a legislação;

d) equipamentos e tecnologia educacional, necessários à efetivação do Projeto Político-Pedagógico;

e) materiais pedagógicos e de consumo necessários, à efetivação do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 9º Em relação aos profissionais da instituição de ensino, constará no Projeto Político-Pedagógico:

I - nível de escolaridade de todos os profissionais;

II - cargos e funções.

Parágrafo Único. O Projeto Político-Pedagógico estabelecerá, de acordo com a concepção e a caracterização da formação inicial dos profissionais, o Plano de Formação Continuada da instituição de ensino.

Art. 10 O calendário escolar obedecerá à Legislação Federal e Municipal no que se refere à oferta das horas e dias letivos e à organização das reuniões e atividades pedagógicas.

Art. 11 O Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino definirá cada área do conhecimento na sua matriz curricular, os seus conteúdos, metodologias e avaliação.

I - serão considerados os artigos 26, 27 e 28 da LDB 9394/96;

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

II - cabe à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI, estabelecer diretrizes e viabilizar condições para que a instituição de ensino cumpra sua matriz curricular.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Caberá à SEMEDI, no processo de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino:

I - garantir Plano de Formação Continuada aos profissionais de Educação, tendo em vista os elementos constitutivos do Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino;

II - estabelecer carga horária anual para a formação continuada destinada ao acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico;

III - prever no calendário escolar espaços/tempos para elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico nas hora-atividade, reuniões pedagógicas, grupos de estudo, conferências, seminários;

IV - garantir as condições físicas e materiais para o funcionamento de grupos de estudo dentro das instituições de ensino;

V - garantir as condições físicas e materiais para a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar;

VI - estabelecer uma política de acompanhamento às instituições de ensino, em seu processo de elaboração dos Projetos Políticos- Pedagógicos;

VII - analisar, aprovar e emitir Ato próprio de aprovação dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino.

Art. 13 Os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino, deverão ser reformulados anualmente, com base nos resultados alcançados no ano anterior e meta definidas:

I -as instituições de ensino reelaborarão seus Projetos Políticos-Pedagógicos, respeitando o ciclo de análise de resultados que deverá ser entregue entre os meses de dezembro do ano anterior a março do ano vigente, assegurando atividades que envolvam toda a comunidade escolar e possibilitem a definição de objetivos, metas e prioridades a partir dos resultados alcançados no ano anterior;

II -anualmente, até 31 de março, os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino deverão ser encaminhados à SEMEDI, para emissão de Ato próprio de aprovação.

Art. 14 A SEMEDI deverá analisar e aprovar por meio de Ato próprio, em até 30 dias, do prazo final previsto para a entrega do Projeto Político Pedagógico pelas instituições de ensino.

Art. 15 A partir do prazo estipulado para análise e aprovação, os Projetos Políticos-Pedagógicos serão disponibilizados por meio do Portal da Transparência ou Site da SEMEDI.

Art. 16 A instituição de ensino por meio de sua equipe gestora tem o dever de promover o amplo conhecimento do Projeto Político-Pedagógico, assim como manter a atualização, avaliação e acompanhamento, conforme os prazos estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 17 Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação e registro na SEMEDI.

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 20 de dezembro de 2017.

Josiana Ribeiro Vernizi
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação COMED

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMED

ANEXO I

QUADRO DE ATOS

Tipo	Ato Nº	Data	Descrição	Revogação	Vigência	Observação

Terminal Urbano “Daniel Bini” - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com

Conselho Municipal de Educação
COMED

1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço

No ano de 1984, através do ato nº 1297/84, foi reconhecida oficialmente como Escola Municipal “Presidente Castelo Branco” - Ensino de 1º Grau e no ano seguinte foram construídas mais duas salas de aula para implantação em 08 de abril de 1985, do Ensino Especial.

Com o crescimento populacional do bairro Vila Horizonte e adjacentes, houve a necessidade da construção de mais três salas de aula, possibilitando a abertura de novas vagas e a implantação da Pré-Escola.

No ano de 2001, seguindo normas do MEC, com a municipalização do Ensino de 1ª a 4ª série, findou gradativamente o ensino de 5ª a 8ª série. Passou a escola a oferecer somente o Ensino de 1ª a 4ª série e a Educação Infantil, esta última por curto tempo , retornondo sua oferta em 2010.

No ano de 2008 foram construídos mais 3 blocos sendo que o primeiro contem 6 salas, laboratório de informática, sala de professores e dois banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, o segundo com 5 salas, sala de AEE - Atendimento Educacional Especializado mantido pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Legislação em vigor, com 2 banheiros. O terceiro bloco com a parte administrativa, com cozinha, dispensa para alimentos, dispensa para materiais diversos, um amplo refeitório, 3 banheiros.

Em 05 de novembro de 2011 o município implanta de acordo com a Legislação vigente do direito público subjetivo das crianças com 6 (seis) anos de idade completos até 31 de março o ingresso obrigatório da rede de ensino. A Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Dessa forma a Escola passou a oferecer do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Educação Infantil - Pré II e Educação Especial - AEE.

Em 2012 foi implantado de forma gradativa, a oferta de período Integral nesta Instituição de Ensino, seguindo a deliberação N.º 05/2010 - APROVADA EM: 14/07/2010 que institui as Diretrizes Operacionais para as Instituições de Ensino em Tempo Integral em vigor em 14 de julho de 2010.

No ano de 2024 , seguindo determinação da Secretaria de Educação, a Escola passa a incluir também em sua grade a Educação Infantil 4 - nível Pré I, crianças que completam 04 anos até 31 de março. A partir desta data a Instituição comporta 01 turma de Educação Infantil 4 - Nível pré I, 3 turmas de Infantil 5 - Pré II, 3 turmas de 1º ano, 2 turmas de 2º ano, 2 turmas de 3º ano, 3 turmas de 4ºano, 2 turmas de 5º ano, 3 turmas de Período Integral e Atendimento Educacional Especializado - AEE.

1.3 Relação dos profissionais da instituição

1. Adauri Garcia Correa	25. Gisele Néry Moraes
2. Alyne Dayana Alcantara	26. Grazielle Correia Ramos de Carvalho
3. Ana Carolina Rodrigues da Luz	27. Irene Carmo de Carvalho
4. Ana Cristina Xavier Costa	28. Irene Lima de Oliveira
5. Ana Marlize Pereira Alves	29. Irene Lopes de Araújo Batista
6. Ana Paula Pereira Fernandes	30. Janaina de Oliveira Ricardo
7. Antonio da Silva Gonçalves	31. Janelis da Silva Andersen
8. Arlete Maria Alves Dubinski	32. Jeckson Bernardo Maia
9. Beatriz Faria Machado	33. Josiane Mendes Lopes
10. Bianca Scomação Jacon	34. Jovilina Possa Miquilino
11. Christiane Gomes Gomes Kochhann	35. Jucimara Rodrigues da Luz
12. Clara Maria Aredes Macedo do Vale	36. Leila dos Santos Balduino
13. Claudia Guilherme do Rosário Bulati	37. Liones da Silva Gonçalves de Jesus
14. Cristina Lopes dos Santos	38. Manoela Zacarias
15. Danielle Nunes de Jesus Nascimento	39. Maria das Graças de Andrade Couto
16. Deize Martins Farias Pires	40. Maria Zildomar de Lima da Silva
17. Edelize Katherine Mendes	41. Nancy Maris Lima da Silva
18. Edilene do Rocio Pereira	42. Neuza Regina da Costa Silveira
19. Edna Regina Albini Pereira Kaminski	43. Rosiane Trigo Nemetz
20. Elaine da Costa Silva	44. Rosicléia Zacharias
21. Elvira Cordeiro de Felix Souza	45. Sandra Mutsumi Tsuik
22. Euclides Leal Nunes Neto	46. Simone do Rocio do Carmo Ribeiro
23. Eulália Eudete Socoloski	47. Simone Florindo Costa

24. Fabrício José de Faria Santos	48. Terezinha Cristina R. de Souza Assunção

1.3.1 Nível de escolaridade

FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Adauri Garcia Correa	Médio Normal	Administração	
Alyne Dayana Alcântara	Médio Normal	Educação Física	Psicomotricidade e Desenvolvimento Humano
Ana Carolina Rodrigues da Luz	Magistério	Pedagogia	Educação Especial e Psicopedagogia
Ana Cristina Xavier Costa	Médio Normal	Letras/Português	Educação Infantil
Ana Marlize Pereira Alves	Magistério	Pedagogia / História	Psicopedagogia
Ana Paula Pereira Fernandes	Magistério e Administração	Português / Inglês	Psicopedagogia e Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Antonio da Silva Gonçalves	2ª Fase do Ensino Fundamental Incompleto		
Arlete Maria Alves Dubinski	Técnico Ciências Contábeis e Técnico Administrativo	Pedagogia incompleto	
Beatriz Faria Machado	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar e Educação Especial e Inclusão
Bianca ScomaçãoJacon	Magistério	Pedagogia	Educação Especial
Clara Maria Aredes Macedo do Valle	Magistério	Português / Inglês Letras	Educação Especial e Psicopedagogia
Claudia Guilherme do Rosario Bulati	Médio Normal	Pedagogia	Neuropsicopedagogia, educação especial
Cristina Lopes dos Santos	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia
Christiane Gomes Kochhann	Magistério	Letras/Português e	Educação Especial

		Pedagogia	
Deize Martins Farias Pires	Magistério	Pedagogia	Educação Especial e EJA
Danielle Nunes de Jesus Nascimento	Médio Normal	Pedagogia	Gestão Escolar
Edelize Katherine Mendes	Magistério	Pedagogia e Educação Física	Educação Especial e Inclusiva
Edilene do Rocio Pereira	Educação Geral - supletivo	Pedagogia	
Edna Regina Albini Pereira Kaminski	Magistério	Letras/Português e Pedagogia	Psicopedagogia
Elaine da Costa Silva	Magistério	Letras Português	Educação Especial
Elvira Cordeiro de Felix Souza	Magistério Superior	Pedagogia	-------
Euclides Leal Nunes Neto	Educação Geral - Supletivo		
Eulália Eudete Socoloski	Medio Normal - CEEBEJA		
Fabricio José de Faria Santos	Médio Normal	Educação Física	Ciências do Movimento Humano
Gisele Néry Moraes	Magistério, Técnico em Contabilidade	Pedagogia	Gestão Escolar
Grazielle Correia Ramos de Carvalho	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia
Irene Carmo de Carvalho	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia
Irene Silva de Oliveira	Magistério	Pedagogia	-------
Irene Lopes de Araújo Batista	Magistério	Pedagogia	
Janaína de Oliveira Ricardo	Médio normal	Pedagogia	
Janelis da Silva Andersen	Magistério	Ciências Sociais	---------
Jeckson Bernardo Maia	Médio Normal		
Josiane Mendes Lopes	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional e Gerenciamento do Ambiente Escolar

Jovilina Possa Miquilino	1º fase do Ensino Fundamental Completo		
Jucimara Rodrigues da Luz	Magistério	Letras Anglo Portuguesa e Administração	Educação Infantil
Leila dos Santos Balduino	Magistério	Pedagogia	Supervisão Escolar
Liones da Silva Gonçalves de Jesus	Magistério	Pedagogia / Administração	Educação Infantil
Manoela Zacarias	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar
Maria das Graças de Andrade Couto	Magistério	Pedagogia	Educação Especial e Psicopedagogia
Maria Zildomar de Lima da Silva	Magistério	Letras Português	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias Mestra em Ciencia, Tecnologia
Nancy Maris Lima da Silva	Magistério	História com adaptação em Geografia	Psicopedagogia
Neuza Regina da Costa Silveira	Magistério	Ciências/Pedagogia Matemática	Educação Infantil
Rosiane Trigo Nemetz	Magistério	Letras Português	Psicopedagogia
Rosicléia Zacharias	Magistério	Pedagogia	------
Sandra MutsumiTsuiki	Magistério, Técnico em Contabilidade	História	------
Simone do Rocio do Carmo Ribeiro	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional
Simone Florindo Costa	Técnico em Contabilidade		
Terezinha Cristina R. de S. Assunção	Técnico Administração	Letras Português / Inglês	Alfabetização e Letramento

1.3.2 Função

FUNCIONÁRIO	Função
Adauri Garcia Correa	Secretário Escola Kennedy
Alyne Dayana Alcântara	Professora Educação Física
Ana Carolina Rodrigues da Luz	Professora AEE
Ana Cristina Xavier Costa	Professora de apoio TEA
Ana Marlize Pereira Alves	Professora corregente
Ana Paula Pereira Fernandes	Professora apoio TEA
Antonio da Silva Gonçalves	Serviços Gerais
Arlete Maria Alves Dubinski	Serviços Gerais
Beatriz Faria Machado	Professora regente
Bianca ScomaçãoJacon	Professora regente
Clara Maria Aredes Macedo do Valle	Professora de apoio TEA e Professora do Integral
Claudia Guilherme do Rosario Bulati	Pedagoga coordenadora
Cristina Lopes dos Santos	Professora Regente
Christiane Gomes Kochhann	Professora corregente
Deize Martins Farias Pires	Professora corregente e de apoio TEA
Danielle Nunes de Jesus Nascimento	Professora de apoio TEA
Edelize Katherine Mendes	Professora de apoio geral
Edilene do Rocio Pereira	Secretária Geral
Edna Regina Albini Pereira Kaminski	Professora regente e do Integral
Elaine da Costa Silva	Professora corregente
Elvira Cordeiro de Felix Souza	Professora corregente
Euclides Leal Nunes Neto	Vigia
Eulália Eudete Socoloski	Serviços Gerais

Fabricio José de Faria Santos	Professor de Educação Física
Gisele Néry Moraes	Professora de apoio TEA
Grazielle Correia Ramos de Carvalho	Professora de Projeto de Apoio Escolar
Irene Carmo de Carvalho	Professora Regente
Irene Silva de Oliveira	Professora regente
Irene Lopes de Araújo Batista	secretária
Janaína de Oliveira Ricardo	Pedagoga Orientadora
Janelis da Silva Andersen	Professora Regente
Jeckson Bernardo Maia	Serviços gerais
Josiane Mendes Lopes	Professora regente
Jovilina Possa Miquilino	Serviços gerais
Jucimara Rodrigues da Luz	Diretora
Leila dos Santos Balduino	Professora regente
Liones da Silva Gonçalves de Jesus	Professora de apoio TEA
Manoela Zacarias	Professora regente e corregente
Maria das Graças de Andrade Couto	Professora de apoio TEA
Maria Zildomar de Lima da Silva	Professora regente e de Integral
Nancy Maris Lima da Silva	Professora corregente
Neuza Regina da Costa Silveira	Professora corregente
Rosiane Trigo Nemetz	Professora regente
Rosicléia Zacharias	Professora de apoio TEA
Sandra MutsumiTsuiki	Professora de apoio
Simone do Rocio do Carmo Ribeiro	Professora regente
Simone Florindo Costa	Serviços gerais
Terezinha Cristina R. de S. Assunção	Professora corregente

1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar

Nossa Escola está localizada numa comunidade atuante e participativa em reuniões e festividades. A comunidade apresenta, em sua maioria, uma situação financeira mediana. Tem igrejas, mercados, panificadora, bares, bicicletarias, restaurantes, lanchonetes, academia, loja de grande porte e outras pequenas de varios segmentos do comércio. Serviços de assistencia como a Rede Feminina de Combate ao Câncer. Além de escolas particulares, estaduais e de ensino especial. Uma população em sua maiora, ativa no mercado de trabalho, com acesso a algum meio de comunicação, sendo mais popular a TV e internet. As crianças frequentam as escolas próximas e como local de lazer fazem uso dos espaços destinados ao lazer da comunidade no Aeroparque, que fica na área limite do bairro, fazem uso das ruas menos movimentadas e das calçadas mais extensas, entre outras opções oferecidas pelo bairro como lanchonetes, bares, academia, etc.

Possui a Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá e Organizações Religiosas. Nosso bairro, Vila Horizonte, é organizado e limpo, sendo a maioria das casas limpas, pintadas e com calçada, renda em média de 2 a 5 salários, alguns aposentados, com nível de escolaridade do ensino médio ao ensino superior.

Nossa escola está localizada em um bairro privilegiado com saneamento básico, iluminação pública, fácil acesso, que contribuem para o benefício da comunidade escolar em geral. Representantes da comunidade escolar, como professores, pais, são parceiros da gestão da escola.

1.5 Contextualização das condições físicas e materiais.

Respeitando a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências) a Escola procura criar um ambiente agradável, destinando áreas

para o desenvolvimento de atividades didáticas, culturais, recreativas e desportivas e promove encontros de pais, de educadores, trabalhos associativos, etc.

1.5.1 Descrição do Espaço Físico, Instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças

A Instituição oferece bloco com acessibilidade, com piso tátil, barras de orientação, acervo pedagógico e literário para suporte na efetivação do trabalho pedagógico. Oferece também equipamentos como mesa digital, tablets, jogos, computador, livros e apostilas didáticas.

Dependência	Quantidade	Condições Adequada
Diretoria	01	X
Secretaria	01	X
Sala dos Professores	01	X
Sala da Equipe pedagógica	02	X
Sala de Recursos Multifuncionais AEE	01	X
Sala de Recursos	01	X
Biblioteca (Sala de Leitura)	01	X
Laboratório de Informática	01	X
Sala de aula	22	X
Depósito de material de limpeza	01	X
Despensa	01	X
Refeitório	01	X
Pátio coberto	01	X
Quadra de esportes coberta	01	X
Cozinha	01	X
Área de serviço	01	X
Sanitário professores Feminino	01	X

Sanitário professores Masculino	01	X
Sanitário Merendeiras	01	X
Sanitário serviços gerais	01	X
Sanitários alunos Feminino	08	X
Sanitários alunos Masculino	08	X

1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar

Etapas e modalidades de ensino ofertado por esta instituição

I - Ensino Fundamental, Educação Infantil, Ensino Integral e Educação Especial.

II – Horário de funcionamento:

Matutino: 07:30 as 11:30

Integral: 07:30 as 16:30

Vespertino: 13:30 as 17:30

1.6.1 - Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades

Número de turmas: 19

Número de educandos por turma:

EDUCAÇÃO INFANTIL I E II	TURMAS	Total	Total por Seriação	Quant. de Turmas
PRÉ II (Manhã)	A	**19**	**75**	**4**
PRÉ II (Tarde)	B	**20**		
PRÉ II (Tarde)	C	**18**		
PRÉ I (Tarde)	A	**18**		
ENSINO FUNDAMENTAL				
1º ANO (Manhã)	A	**22**	**64**	**3**

1º ANO (Tarde)	B	**21**		
1º ANO (Tarde)	C	**21**		
2º ANO (Tarde)	A	**15**	**31**	**2**
2º ANO (Tarde)	B	**16**		
3º ANO (Manhã)	A	**22**	**42**	**2**
3º ANO (Manhã)	B	**20**		
4º ANO (Manhã)	A	**19**	**58**	**3**
4º ANO (Manhã)	B	**21**		
4º ANO (Manhã)	C	**18**		
5º ANO (Manhã)	A	**23**	**47**	**2**
5º ANO (Manhã)	B	**24**		
TOTAL GERAL		**338**	**338**	**22**

				QUANTIDADE POR TURMA	TOTAL POR SERIAÇÃO:
TOTAL DE ALUNOS DO PERÍODO INTEGRAL	**50**		INTEGRAL A INTEGRAL B INTEGRAL C	13 18 19	50

1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente

A distribuição de turmas é o ato onde professores escolhem as turmas onde irão atuar no próximo ano letivo e/ou nas demais funções exercidas por profissionais do magistério e conforme demanda de necessidades específicas da Instituição.

A escolha da turma e função do professor na escola é feita de forma compartilhada com professores e a área pedagógica. Acreditamos que esse modelo tem chances de ser mais acertado, pois é dado ao professor o direito de fala e a opinião dele é levada em consideração. Os professores também podem ser orientados a fazer a escolha conforme a afinidade, respeitando sempre a necessidade de cada turma. E em caso de conflito na escolha, entra o bom senso, o diálogo transparente e o profissionalismo.

1- O primeiro momento de escolha de turma pode ser por meio de entendimento entre professores e equipe pedagógica, observando a experiência e formação do professor.

2- Não havendo entendimento entre professores e equipe pedagógica, a função será atribuida seguindo a necessidade de atendimento aos estudantes.

3- A distribuição acontece com data previamente informada e feita de forma presencial no ano que antecede o período a ser trabalhado.

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma

SÉRIE / TURNO	TURMAS	Total	Total por Seriação	Quant. de Turmas
PRÉ II (Manhã)	A	**19**	**75**	**4**
PRÉ II (Tarde)	B	**20**		
PRÉ II (Tarde)	C	**18**		
PRÉ I (Tarde)	A	**18**		
1º ANO (Manhã)	A	**22**	**64**	**3**
1º ANO (Tarde)	B	**21**		
1º ANO (Tarde)	C	**21**		
2º ANO (Tarde)	A	**15**	**31**	**2**
2º ANO (Tarde)	B	**16**		
3º ANO (Manhã)	A	**22**	**42**	**2**
3º ANO (Manhã)	B	**20**		
4º ANO (Manhã)	A	**19**	**58**	**3**
4º ANO (Manhã)	B	**21**		
4º ANO (Manhã)	C	**18**		
5º ANO (Manhã)	A	**23**	**47**	**2**
5º ANO (Manhã)	B	**24**		
TOTAL GERAL		**338**	**338**	**22**
TOTAL ED. INFANTIL	**75**		**MANHÃ**	**188**

TOTAL ENSINO FUND.	**242**		**TARDE**		**129**
TOTAL GERAL	**317**		**TOTAL**		**317**
				QUANTIDADE POR TURMA	TOTAL POR SERIAÇÃO:
TOTAL DE ALUNOS DO PERÍODO INTEGRAL	**50**		INTEGRAL A INTEGRAL B INTEGRAL C	13 18 19	50

1.6.4 Projetos próprios da Instituição e oferecidos pela mantenedora

Programas de ação do Município e projetos que fazem parte da Rede de Educação e Proteção da Criança são desenvolvidos anualmente na Escola, tais como: Dia do Desafio, Combate a exploração e abuso de crianças e adolescentes, Combate a Dengue, Combate ao Trabalho Infantil, Semana do Meio Ambiente - SEMMA, Semana de Conscientização do Autismo, Combate ao Trabalho Infantil, Rota do Aprender, Transito na Escola, Porto Escola, Projeto Câmara Cidadã, É doando que se vive, Projeto Velha Infância, Projeto Família e Escola, PROERD entre outros.

A Escola promove semanalmente Momento Cívico, momentos específicos para refletir e cantar o Hino Nacional na escola, ações de Combate ao Bulliyng, além dos Projetos Internos listados abaixo:

PROJETO DE SUSTENTABILIDADE CASTELO BRANCO
MEU AMBIENTE MELHOR E ESCOLA LIMPA
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Introdução

“O projeto humano é projeto coletivo. Ao pensar em projetos é importante que ele envolva o coletivo, até porque na maioria das vezes os problemas de um pode pertencer a uma coletividade.” José Pacheco

Diante de questões atuais que afetam o nosso planeta sobre o uso desordenado dos recursos naturais e sabendo que o destino do nosso meio ambiente é responsabilidade de todos, a Escola Municipal Presidente Castelo Branco desenvolve desde do ano de 2005 como parte integrante do seu PPP- Projeto Político Pedagógico um Projeto de meio Ambiente, que vêm a cada ano se modificando e fazendo com que o educando se identifique como integrante do meio ambiente e na sua interação, valorizando assim o trabalho cooperativo.

A escola torna-se um lugar favorável à discussões sobre a Educação Ambiental por entender que este seja um processo longo , contínuo e pelo fato de ser grande geradora de resíduos e de utilização de recursos naturais, portanto , é importante que se trabalhe envolvendo toda a comunidade escolar : pais alunos, professores, equipe pedagógica e funcionários e profissionais ligados as áreas ambientais e de sustentabilidade, para que possam propor ações de mudanças de conceitos e significados sobre o meio ambiente em sua diversidade.

Neste sentido a escola passa a propor neste ano de 2024 um Projeto multidisciplinar e interdisciplinar com o objetivo de incentivar atitudes sobre o uso conscientes dos recursos renováveis do planeta salientando a importância do trabalho colaborativo e ecologicamente sustentável, em um desenvolvimento que não desrespeite o planeta em sua diversidade cultural e social no presente e ainda satisfaça as necessidades humanas sem comprometer o futuro da Terra e das próximas gerações.

O trabalho será realizado na forma de conscientização da destruição do meio ambiente em diversos aspectos por meio de: coletas de dados, pesquisas de

campo, trabalhos em grupo, palestras, oficinas, gráficos, entrevistas, teatro, danças, técnicas de pintura, debates, maquetes, cozinha experimental, vídeos, em um programa de ações interdisciplinares, utilizando como apoio as atividades da apostilas do SEFE e contemplar o envolvimento de todos os educandos e profissionais da educação , desde a educação infantil ao 5º ano.

Objetivo Geral

Incentivar atitudes sobre o uso conscientes dos recursos renováveis do planeta salientando a importância do trabalho colaborativo e ecologicamente sustentável, em um desenvolvimento que não desrespeite o planeta no presente e satisfaça as necessidades humanas sem comprometer o futuro da Terra e das próximas gerações.

Objetivos Específicos

- Conviver num ambiente agradável onde um possa respeitar o outro e todos respeitem a natureza.
- Conscientizar a importância de preservar o meio ambiente, para a melhoria de qualidade de vida.
- Adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente.
- Compreender o sentido de ser um cidadão consciente e participativo nas ações de preservação do meio ambiente.
- Adotar posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, baseados na prática das virtudes, colaborando para a construção de uma sociedade justa, em um ambiente saudável.
- Repensar e avaliar as atitudes diárias e a suas conseqüências no meio ambiente em que vivemos.
- Despertar o interesse pelos diferentes tipos de leitura.
- Produzir textos e histórias matemáticas utilizando assuntos e dados sobre as questões ambientais.
- Estimular a mudança na prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais.

- Favorecer a reflexão sobre a responsabilidade ética de nossa espécie e planeta para garantir um ambiente sustentável.
- Participar de ações sociais que resgatem valores humanos como respeito pela vida, responsabilidade, solidariedade, amizade e ética.
- Conhecer a realidade da sala de aula e pátio da escola para busca coletiva de soluções (desperdício ou economia de papel, destino correto do lixo, torneiras abertas ou fechadas, lanche saudável ou prejudicial à saúde, preservação das árvores ou destruição, etc.)
- Estabelecer diferença entre separar, reciclar e reutilizar.

Definição de atividades

Objetivo: Conviver num ambiente agradável onde um possa respeitar o outro e todos respeitem a natureza.

Atividades: Em forma de orientações educacionais com dialogo em sala de aula o qual visa o cuidar e preservar o ambiente escolar e o respeito ao outro;

Objetivo: Conscientizar a importância de preservar o meio ambiente, para a melhoria de qualidade de vida.

Atividades: Todas as turmas dentro de suas atividades específicas: vídeos, músicas, danças, rodas de conversas;

Objetivo: Adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente.

Atividades: Todas as turmas dentro de suas atividades específicas em forma de conceitos: sustentabilidade, ecologia, ecossistemas, biodiversidade, poluição, consumismo, reciclagem, desperdício, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, respeito.

Objetivo: Compreender o sentido de ser um cidadão consciente e participativo nas ações de preservação do meio ambiente.

Atividades: Oficina de meio Ambiente no período integral

Cozinha Experimental com aproveitamento total dos alimentos; folhas, cascos e talos.

Objetivo: Repensar e avaliar as atitudes diárias e a suas conseqüências no meio ambiente em que vivemos.

Atividades: Visita ao SEMMA.

Objetivo: Despertar o interesse pelos diferentes tipos de leitura.

Atividades: Por meio de produção e exploração de gêneros textuais, cartazes, produção coletiva e individual as turmas do ensino fundamental. Com a educação infantil de forma lúdica por meio de música, vídeos, conto, leitura de imagens, figuras sobre o tema educação ambiental.

Objetivo: Favorecer a reflexão sobre a responsabilidade ética de nossa espécie e planeta para garantir um ambiente sustentável.

Atividades: Em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula com os temas específicos, por meio de vídeos, música e rodas de conversas.

Objetivo: Conhecer a realidade da sala de aula e pátio da escola para busca coletiva de soluções.

Atividades: Com todas as turmas de escola levar a conhecer e refletir sobre o esperdício ou economia de papel, destino correto do lixo, torneiras abertas ou fechadas, lanche saudável ou prejudicial à saúde, preservação das árvores ou destruição, etc.

Objetivo :Estabelecer diferença entre separar, reciclar e reutilizar.

Atividades: Confecção de brinquedos com materiais recicláveis, utilização das cores para separar os tipos de lixos, maquetes, etc.

Cronograma de atividades: O Projeto será desenvolvido durante todo ano.

Recursos Materiais e humanos

Todos os profissionais da escola, participação da comunidade escolar, pais, amigos e profissionais da área ambiental.

Tecnologias :Televisão, som, vídeos, telefone celular, filmadora. Materiais de baixa tecnologias: papéis, canetinhas, tintas e materiais recicláveis

Show de Talentos do Castelo

O *Show de Talentos* do Castelo é um projeto que visa abrir espaço para nossos valores musicais, divulgar arte e levar música, entretenimento e cultura a toda comunidade escolar.

O projeto é desenvolvido com todos os alunos interessados em mostrar seu talento, incluindo a participação da família, abrindo espaço para todas as manifestações artísticas e culturais da comunidade escolar.

Justificativa:

Tem se percebido no decorrer dos anos que muitos de nossos alunos possuem dons artísticos, surgindo a idéia de viabilizarmos um dia para que esses dons fossem apresentados para comunidade escolar, estimulando cada vez mais o nosso aluno e oferecendo uma oportunidade de se valorizar o dom artístico que cada um possui. Além de promover momento de interação com toda a família.

Objetivo

Incentivar a comunidade escolar a participar de atividades onde possa apresentar ao público o seu talento ou suas preferências em música, dança, dublagem, entre outras.

Regulamento

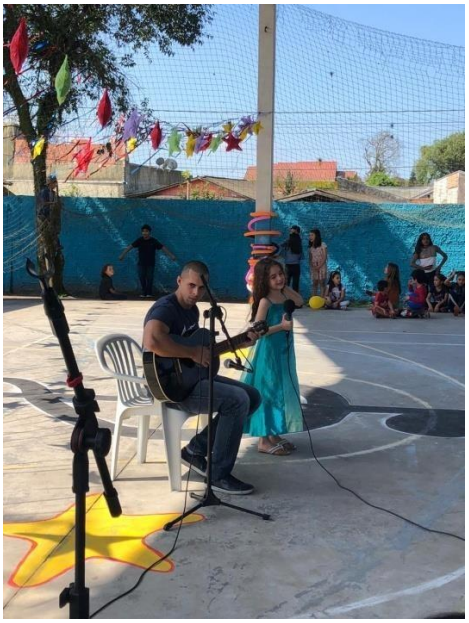
I – Quanto a apresentação:

- O Show de Talentos ocorrerá na escola, os candidatos poderão e deverão convidar seus colegas, amigos e familiares, (máximo de 10 pessoas por candidato) a estarem presentes e prestigiando as apresentações;
- A apresentação terá um tempo de no máximo 05 minutos e toda e qualquer produção para viabilizar a apresentação artística é de total responsabilidade do candidato;

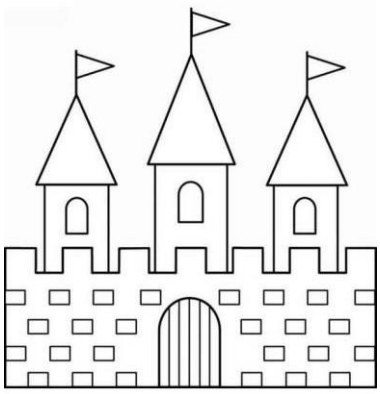
- A escola providenciará microfone e sistema de som.

II- Quanto às considerações finais:

- O evento será aberto apenas para os convidados dos que irão se apresentar (amigos, familiares), comunidade escolar e colaboradores.
- Este evento não gera premiação.



PROJETO MURALHA DO SABER



Construiremos no espaço infantil da nossa biblioteca, uma ambientação em forma de *Muralha literária*. A idéia é voltada aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A cada mês escolhemos um autor da Literatura Infantil para ficar em destaque em nossa Muralha. Sua história é discutida nas mediações de leitura do mês, e vamos dispor seus livros como pedras da muralha, motivando os estudantes a conhecerem mais sobre a obra daquele autor ou autora. Cópia de trechos do livro, com

informação sobre o tema, autor, podem ser enviados aos alunos para compartilhar a leitura em casa com a família.

Mediações de leitura: boa conversa sobre o livro lido, estímulo a falar sobre o que sentiram com a leitura, o que pensaram, que chame a atenção para pontos fortes do livro, que visite novamente algumas páginas, releia trechos.

Cronograma: Início 06/2024

Professora de Leitura: Elaine

Escola Municipal em Tempo Integral “Presidente Castelo Branco”

Rua: Mario Macaggi, s/n Bairro: Vila Horizonte

Pedagoga: Claudia Guilherme do Rosário Bulati

* Inspirado no Projeto Pomar Literário do Colégio Marista Santa Maria.

PROJETO "PET É FAMÍLIA"

O presente projeto visa levar a comunidade escolar informação sobre os animais que fazem parte da nossa família.

Justificativa:

Sabemos que a convivência com pets traz inúmeros benefícios para as pessoas, como: vínculo afetivo, mais alegria em casa e união na família - uma relação capaz de transformar vidas.

Os pets também têm necessidades básicas. Essa é uma pauta que ganha cada vez mais força em nossos dias e nas salas de aula, além de promover a qualidade de vida, bem-estar e saúde dos animais.

O reconhecimento da importância de preservar a vida das espécies pela legislação é uma das conquistas do movimento de proteção animal.

No Brasil, a lei federal 9.605/98, de Crimes Ambientais, determina que maus-tratos a animais é crime.

A Constituição Federal reconhece os direitos dos animais: os animais são dotados de sensibilidade, impondo a sociedade e ao Estado o dever de respeitar a vida, a liberdade corporal e a integridade física desses seres, além de proibir expressamente as práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoque a extinção ou submetam à crueldade qualquer animal.

Objetivo:

O Projeto tem início em sala de aula, com diálogos propostos pelos professores a respeito dos cuidados e direitos dos animais. Nossos deveres perante a conservação dos habitats naturais e nossa responsabilidade diante do crescimento populacional de cães e gatos, o que afeta diretamente o bem-estar de todos os envolvidos e possibilita o aumento nas taxas de transmissão de doenças.

O evento vem propiciar ao aluno um momento para que toda a comunidade conheça os pets que fazem parte de sua família e propor momentos de muita informação.

Contamos com a parceria da Equipe SEMMA com palestra sobre Cuidados com animais, vacinação, castração e adoção, com a intenção de informar e sensibilizar a comunidade de nossa escola sobre o tema.

Pet é Família!

PROJETO SACOLA LITERÁRIA

Público alvo: alunos do 3º ano ensino fundamental
área de conhecimento: alfabetização / leitura de livros

Justificativa: Prática da leitura para o desenvolvimento do conhecimento. Estimular a leitura de forma prazerosa. Aguçar o imaginário. Ampliar o vocabulário e promover momentos de afetividade junto aos familiares.

Objetivo geral: estímulo a leitura e integração família e escola

Objetivos específicos:
Envolver a família nas práticas de leitura;
permitir que o aluno tenha acesso a variados títulos;
Desenvolver a linguagem verbal do aluno;

encantar e motivar o aluno no ato de ler; Despertar o gosto pela leitura; ampliar o vocabulário do aluno.

Orientação da atividade para a família: promover um ambiente acolhedor e sem ruídos que interfiram na leitura. ler o livro para o aluno. o aluno deve escrever o que mais gostou na história, junto com o familiar deve desenhar a parte que mais gostou e pintar o "smile" de acordo com o que achou do livro.

FICHA DE LEITURA

ALUNO(A): Turma:

TÍTULO DO LIVRO:

AUTOR:

FALE UM POUCO DO QUE VOCE MAIS GOSTOU:

DESENHE A HISTÓRIA:

COLORIR :

“PROJETO QUE FRUTA É ESSA?”

Projeto de orientação visando o consumo de diferentes frutas no cardápio diário do aluno.

1. Introdução

O consumo de frutas é de extrema importância para o bom funcionamento do organismo, uma vez que são importantes fontes de vitaminas e minerais, contribuindo de diversas formas para a saúde. A carência no consumo de frutas pode causar problemas graves à nossa saúde, além de problemas ao nosso corpo como o ganho de peso também responsável por inúmeros outros problemas de saúde. Repassar informações para que os alunos adquiram hábitos saudáveis é uma das funções da orientação escolar. Observando o cotidiano dos nossos alunos vimos a necessidade de criar um trabalho que informe e estimule sobre o consumo diário de diferentes frutas.

2. Objetivo Geral

Possibilitar aos alunos o conhecimento sobre diferentes tipos de frutas, informando de uma maneira lúdica sobre a importância do seu consumo, estimulando hábitos mais saudáveis em sua alimentação.

3. Objetivo específico

- Levar a reflexão sobre a importância do consumo de frutas como um bom hábito alimentar
- Fazer proveito de diferentes tipos de frutas da estação para oferecer aos alunos oportunizando o contato com esses alimentos, conhecendo formato, sabores e texturas diferentes.
- Ampliar os conhecimentos sobre os tipos de alimentos.
- Aprenderem sobre os benefícios do consumo de frutas e sobre as suas vitaminas.
- Estimular o tato e paladar.

3. Estratégias Didáticas

- Trabalho de informação em sala de aula feito pelos professores do Período Integral e regular.
- Dramatização coordenada pelos professores e protagonizada pelos alunos.
- Substituição de um dos lanches diários por salada de frutas, solicitada e autorizada pelo setor de nutricionismo da Secretaria de Educação.

.

ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL “PRESIDENTE CASTELO BRANCO”

PROJETO DE APOIO ESCOLAR

"EU POSSO APRENDER"

PEDAGOGA

CLAUDIA GUILHERME DO ROSÁRIO BULATI

2022 a 2024

PROJETO DE APOIO ESCOLAR "EU POSSO APRENDER"

ESCOLA CASTELO BRANCO

Projeto de apoio escolar para os alunos da Escola Municipal em Tempo Integral "Presidente Castelo Branco" que precisam de auxílio para melhorar seu desempenho acadêmico, identificar de forma mais específica suas dificuldades e superar defasagens. Esse Projeto teve início em 2002 e tem ajudado a traçar uma ação pedagógica cada vez mais direcionada para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

IDENTIFICAÇÃO

Escola Municipal em Tempo Integral “Presidente Castelo Branco”

Avenida Mario Macaggi s/nº

Paranaguá/ Pr tel.: (41) 3721-1744

DIRETORA

Jucimara Rodrigues da Luz

PEDAGOGAS

Claudia Guilherme do Rosário Bulati

Janaína Oliveira Ricardo

PROFESSORA APOIO PEDAGÓGICO

Grazielle Correia Ramos de Carvalho

4. Introdução

O apoio escolar surge como estratégia pedagógica que consiste em um acompanhamento mais duradouro dos estudantes, e também na realização de análises individuais que apontam quais são as dificuldades de aprendizado de um determinado aluno ou se essas dificuldades perpassam as práticas pedagógicas possíveis aplicadas.

Com esse conhecimento sobre as dificuldades das crianças, cria-se uma rotina de estudos que abrange o conteúdo que precisa ser aprendido, mais personalizado para pequenos grupos de estudantes, levando em consideração suas dificuldades em comum.

Os professores, no apoio escolar, atuam com a criação de propostas didáticas e interativas, que auxiliam o estudante no processo de aprendizagem. Na prática, ele poderá revisar o conteúdo quantas vezes for necessário, até finalmente aprender.

O apoio escolar também envolve o acolhimento da criança. Com o apoio escolar eles podem desenvolver confiança ao descobrirem que o aprendizado é possível, assim como a sua evolução a longo prazo.

A intenção é ajudar o aluno a evoluir no aprendizado, e oferecer uma ajuda mais reforçada, de acordo com suas dificuldades individuais, o apoio escolar vem contribuir com a expansão do potencial da criança e lhes ajudar, inclusive, no âmbito emocional.

5. Objetivo Geral

Oportunizar aos alunos uma aprendizagem mais focada na superação das suas dificuldades. Ajudar o aluno a compreender melhor conteúdos defasados para que tenha mais facilidade para compreender habilidades de Língua Portuguesa e Matemática. O objetivo do programa é apoiar o fortalecimento da aprendizagem do aluno para que ele tenha condições de acompanhar as etapas de ensino com confiança e autonomia.

3. Objetivo específico

Identificar as necessidades do aluno e o que elas demandam no campo de ensino e aprendizagem. Para tanto, uma sondagem inicial será necessária nas disciplinas de português e matemática, em cada sala, com todos os alunos. Os resultados deverão ser vistos e discutidos com o professor regente e a pedagoga da escola.

Produzir e identificar materiais que possam ajudar cada aluno em particular, que seja acessível ao aluno, ou seja, que traga os aprendizados que precisa adquirir colocados de uma forma que ele compreenda. Apostar na qualidade e não na quantidade dos exercícios práticos, buscando alternativas diferentes. Para isso, o profissional vai se valer dos mais diversos recursos, desde aumentar o tamanho da fonte até substituir textos por imagens ou outras estratégicas que funcionem naquele caso. Além de elaborar, o professor também vai mapear recursos já existentes e que possam contribuir com a aprendizagem do aluno, como um software específico, materiais de apoio disponíveis na internet, material concreto, jogos pedagógicos ou até disposição de mobiliário que torne a sala um ambiente mais acolhedor e aprazível.

Atuar junto com a família e a equipe pedagógica, investigando e refletindo sobre o que aumenta a motivação da criança na escola e o que diminui; se cumpre uma rotina de estudos em casa, as matérias que tem maior dificuldade e maior facilidade, em que momento consegue se concentrar melhor, assuntos que podem despertar seu o interesse; se atentar para possíveis necessidades especiais de ensino, encaminhando casos mais complexos que precisam de outras orientações para a equipe de orientação escolar; conversar com os professores para saber exatamente como é seu comportamento em sala; e estimular que a própria criança fale sobre seu processo de aprendizagem.

Ser acessível e ajudar o aluno nos seus problemas escolares. Além disso, ao aprender a fazer um exercício ou compreender uma parte da matéria estudada, a confiança e a busca por um novo desafio surgem quase que naturalmente. Realizar um trabalho focado em gerar autoconfiança e aumentar a autoestima dos alunos, assim, o estudante entenderá que existe um esforço específico para o seu próprio sucesso. Dessa forma a escola atua em uma área que vai além do ensino tradicional e que pode trazer muitas conseqüências positivas para a vida toda.

6. Estratégias Didáticas

- Sondagem em sala de aula feita pelo professor da sala de apoio, verificando habilidades nas disciplinas de português e matemática. Para tanto, o uso de fichas de diagnóstico de leitura e de nível de letramento matemático são utilizados.
- Confronto dos dados coletados com o professor regente de cada turma e repasse dos resultados para a equipe pedagógica, traçando em conjunto uma relação de alunos e suas dificuldades.
- O professor regente deverá preencher uma ficha para encaminhamento para apoio pedagógico (anexo) relatando de forma mais específica possível os motivos de encaminhamento do aluno, os componentes curriculares e suas respectivas habilidades que deverão ser trabalhados.
- Construir uma grade de horário específica para atendimento dos grupos, que não devem ultrapassar 8 alunos, incluindo horário para estudo e planejamento do professor. Esses grupos serão distribuídos conforme suas dificuldades para apoio escolar duas vezes por semanas, de preferência em dias corridos.
- O professor atuará seguindo planejamento prévio, que deve manter-se flexível em todo o período que for trabalhado com os alunos.
- Reunir os familiares dos alunos que serão incluídos no programa, para que tomem ciência de suas dificuldades, da oferta do apoio escolar dentro do Projeto e sua proposta, autorizem o ingresso do aluno se responsabilizando pelo acompanhamento e rotina em casa, bem como garantindo sua assiduidade no ensino regular e no apoio pedagógico.
- Os responsáveis devem assinar a ficha de Encaminhamento Pedagógico onde o professor regente relata a dificuldade específica do aluno e assinar o Termo de Acompanhamento Escolar (anexo).
- Assim que iniciar o atendimento, o professor fará registro do trabalho com o aluno e sua evolução em fichas de acompanhamento individuais (anexo), além de manter todo o material a ser utilizado organizado de forma individual, preservando-os como documentos que são, garantindo o acesso, sempre que necessário, para que juntamente com a equipe pedagógica se retome estratégias até que se obtenha o fim maior de domínio de conteúdos pelo aluno.

Anexo

- Registro de fotos

Escola Municipal Presidente Castelo Branco
Encaminhamento para apoio pedagógico

Nome:_____
Data de Nascimento :_____/____/____Série :_____
Professor(a)_____.

Motivos de encaminhamento para aulas de reforço :

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Data do encaminhamento : _____/_____
Professor(a)_____

Ciente; de acordo com o apoio escolar no contra turno; no horário das:_____; o responsável pelo(a) aluno(a):_____.

ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO
PLANO DE APOIO ESCOLAR

ALUNO(A):_____ **ANO/TURMA:**_____
PROFESSOR RESPONSÁVEL REFORÇO:_____

Expectativa de aprendizagem a ser alcançada	Metodologia	Resultados alcançados/ Observações

Data início:_____
Data término:_____

Visto professor regente:_____
Visto professor de reforço:_____
Visto da coordenação:_____

ESCOLA MUNICIPAL “PRESIDENTE CASTELO BRANCO”

RUA: MÁRIO MACAGGI S/Nº - CORREIA VELHO TEL.: 37211744

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

Senhores pais e/ou responsáveis pelo (a) aluno (a):

Aluna (o): _____ Turma:_____

Cumprindo a lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que diz em seu artigo 12 “As escolas tem a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola e deve informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica”.

Cabe à família fazer o acompanhamento escolar das crianças conforme os Artigos 4º e 55º da Lei 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Este acompanhamento pode ser descrito como:

- Observar diariamente e assinar na agenda e nos cadernos da criança confirmando a verificação de comunicados/anotações.
- Valorizar os trabalhos do (a) aluno (a) acompanhando semanalmente suas atividades.
- Agendar horário para conversar com o professor e equipe sempre que achar necessário.

Sendo assim, a Escola “Presidente Castelo Branco” informa ao responsável presente sobre o rendimento do (a) seu (sua) filho (a) e a necessidade de maior acompanhamento e apoio de suas atividades em casa devido a dificuldades na aquisição dos conteúdos observados desde o seu ingresso a esta instituição, o aluno relacionado acima foi convidado a participar do Apoio Escolar no período da tarde as _____, das 8:00 às 11:00, com a Professora Grazielle de Carvalho. Entrada e saída no portão da frente. Solicitamos que o responsável converse com o aluno sobre a necessidade do trabalho e registre abaixo a aceitação ou não por escrito do apoio escolar, assumindo a responsabilidade em manter sua assiduidade no dia indicado, respeitando também o horário disponibilizado.

( ) de acordo com o apoio escolar

( ) não está de acordo com o apoio escolar

Obs.:_____
_____
_____

Paranaguá, _____de_____de_____.

_____

Assinatura do responsável

Referências:

https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/qual-a-diferenca-entre-reforco-e-apoio-escolar

https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/10546-programa-de-reforco-escolar-para-fortalecimento-da-aprendizagem-atendera-mais-de-114-mil-alunos-da-rede-estadual

https://novaescola.org.br/conteudo/20972/alfabetizacao-projeto-de-leitura-e-escrita-para-comecar-o-ano

https://colegiobasico.com.br/o-que-e-o-acompanhamento-pedagogico/

https://sae.digital/habilidades-da-bncc/

1.6.5 Quadro de horários da Equipe docente e hora atividade

FUNCIONÁRIO	MANHÃ		TARDE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Alyne Dayana Alcântara			**13:30h**	**17:30h**
Ana Carolina Rodrigues da Luz	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Ana Cristina Xavier Costa			**13:30h**	**17:30h**
Ana Marlize Pereira Alves			**13:30h**	**17:30h**
Ana Paula Pereira Fernandes	**07:30h**	**11:30h**		
Beatriz Faria Machado	**07:30h**	**11:30h**		
Bianca ScomaçãoJacon			**13:30h**	**17:30h**
Clara Maria Aredes Macedo do Valle	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Cristina Lopes dos Santos			**13:30h**	**17:30h**
Christiane Gomes Kochhann			**13:30h**	**17:30h**
Danielle Nunes de Jesus Nascimento			**13:30h**	**17:30h**
Deize Martins Farias Pires	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Edelize Katherine Mendes			**13:30h**	**17:30h**
Edna Regina Albini Pereira Kaminski	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Elaine da Costa Silva	**07:30h**	**11:30h**	**13:30**	**17:30**
Elvira Cordeiro de Felix Souza	**07:30h**	**11:30h**		
Fabricio José de Faria Santos	**07:30h**	**11:30h**		
Gisele Néry Moraes	**07:30h**	**11:30h**	**13:30**	**17:30**
Grazielle Correia Ramos de	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**

Carvalho				
Irene Carmo de Carvalho	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Irene Silva de Oliveira	**07:30h**	**11:30h**		
Janelis da Silva Andersen			**13:30h**	**17:30h**
Josiane Mendes Lopes	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Leila dos Santos Balduino	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Liones da Silva Gonçalves de Jesus	**07:30h**	**11:30h**		
Manoela Zacarias	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Maria das Graças de Andrade Couto	**07:30h**	**11:30h**		
Maria Zildomar de Lima da Silva	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Nancy Maris Lima da Silva	**07:30h**	**11;30h**		
Neuza Regina da Costa Silveira	**07:30h**	**11:30h**		
Rosiane Trigo Nemetz			**13:30h**	**17:30h**
Rosicléia Zacharias	**07:30h**	**11:30h**		
Sandra MutsumiTsuiki	**07:30h**	**11:30h**	**13:30h**	**17:30h**
Simone do Rocio do Carmo Ribeiro	**07:30h**	**11:30h**		
Terezinha Cristina R. de S. Assunção	**07:30h**	**11:30h**		

HORA	**ATIVIDADE**	**PERÍODO**	**MATUTINO**	
SEGUNDA	**TERÇA**	**QUARTA**	**QUINTA**	**SEXTA**
PRÉ II A - Simone - regente		Pré II A - Nancy corregente	3ºB - Leila regente	4ºB - Josiane - regente
1ºA - Irene		1ºA - Neuza	4ºA - Irene Lima -	4ºC Manoela -

Carmo - regente		corregente	regente	regente
3º A/B Deize corregente		3º A - Maria Zildomar - regente	5º A/B Elvira - corregente	5ºB Edna - regente
4º A/B Terezinha - corregente		5ºA Beatriz - regente		
4º C Elaine - corregente		Ed. Física - Fabrício		
		AEE – Ana Carolina		

HORA	**ATIVIDADE**	**PERÍODO**	**VESPERTINO**	
SEGUNDA	**TERÇA**	**QUARTA**	**QUINTA**	**SEXTA**
Pré I A Rosiane - regente	1ºB Bianca - regente	Pré I A Christiane - corregente		Pré II B/C Elaine corregente
Pré II B Josiane - regente	2ºA Leila - regente	Pré II C Janelis - regente		Pré II A Simone regente
1ºC Cristina - regente		1º B/C Ana Marlize corregente		
2ºB Irene Carmo - regente		2º A/B Manoela corregente		

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos

Os espaços verdes nas escolas são essenciais para o bem-estar geral das crianças. Estudos demonstraram que a exposição à natureza pode ter um impacto positivo na saúde física, no bem-estar mental e no desenvolvimento cognitivo. Ter uma grande área verde nas escolas proporciona às crianças a oportunidade de praticar atividades físicas, melhorando sua saúde e condicionamento físico. O ar puro e a vegetação também ajudam a reduzir o estresse e melhorar a qualidade do ar, criando um ambiente mais saudável e propício ao aprendizado.

Além disso, os espaços verdes nas escolas podem melhorar o desenvolvimento cognitivo. Foi demonstrado que as crianças que passam tempo na natureza melhoram o foco, a atenção e a memória. Isso ocorre porque estar na natureza

pode estimular o cérebro, proporcionando uma pausa muito necessária das distrações e estímulos da vida moderna.

Os espaços verdes também são uma importante ferramenta de apoio didático da Educação infantil ao Ensino Fundamental , através do concreto, da experimentação de sentidos, do estímulo visual. O espaço pode ser utilizado nos mais diferentes componentes curriculares.

Os professores presentes no momento do recreio, responsáveis pelo plantão nesse horário, tentam trabalhar um recreio mais dirigido, procurando proporcionar momentos lúdicos e pedagógicos que desenvolvem os aspectos psicomotores, cognitivos, afetivos sociais e cooperativos, estimulando o trabalho em equipe nas brincadeiras em grupo, promovendo o respeito e as boas relações entre os estudantes.

.

1.6.7 Plano de atendimento emergencial

O treinamento faz parte da norma do Corpo de Bombeiros temos brigadistas preparados para agir em situações de emergência. O Plano de Atendimento Emergencial envolve a retirada das crianças das escolas com segurança e rotas de fuga e ponto de encontro seguro e faz parte de treinamento prévio. A aplicação do PAE envolve as crianças, professores e demais servidores.

Sempre que se notar uma situação que possa gerar uma emergência no local de trabalho, deverão imediatamente comunicar ao superior imediato, para que possam ser adotadas medidas de segurança e demais ações.

Participar de exercícios simulados.

Seguir a orientação da Brigada de Incêndio em caso de emergência.

Prestar socorro à possíveis vítimas

Informar a familia.

1.7 Calendário Escolar

1.8 Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar

DATA / MÊS	HORÁRIO	PAUTA REUNIÃO	PARTICIPANTES

24/04 29/05 26/06 30/07 28/08 25/09 30/10 27/11 04/12	14:00 14:00 14:00 14:00 14:00 14:00 14:00 14:00 14:00	Prestação de contas, levantamentos das necessidades de aquisição de novos materiais. ➢ Reuniões extraordinárias serão avisadas via telefone.	Professores, pais, funcionários e comunidade escolar

1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DATA / MÊS	HORÁRIO	PARTICIPANTES
FINAL DE CADA TRIMESTRE	14:00	Professores, pais, funcionários e comunidade escolar

2. CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

2.1.1 Fundamentação Teórica

A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. O ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades, não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social. Construir a qualidade social pressupõe conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível educar integralmente mediante interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais, objetivos, conhecimento e concepções curriculares. Isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global, esta como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre de um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, cabendo aos momentos intermediários do método de identificar as questões suscitadas pela prática social, dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos.

2.1.2 Direitos Humanos

Os direitos humanos possuem uma relação fundamental com o acesso à educação, com sua qualidade e com a dignidade dos sujeitos da educação. Permitindo que se avance no sentido da educação integral se tornar efetiva, para além de conceitos meramente teóricos. A prática escolar também tem que abordar os princípios de direitos humanos, que incluem o direito à educação, à proteção contra a violência e a discriminação, o direito à participação e o direito à equidade de oportunidades.

2.1.3 Políticas de Inclusão

Consideramos ainda o que consta na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que a Escola possui a função social de formar cidadãos para que esteja preparado para as mais diversas demandas sociais, entre elas de promover a igualdade de oportunidades e acessibilidade. Condiderando a legislação vigente, a escola trabalha para garantir o respeito as diferenças e participação igualitária de todos no ambiente escolar, todas suas necessidades, inclusive especiais. Oferecendo um espaço para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e culturais, permitindo que todos os alunos sejam expostos a diferentes idéias, culturas e perspectivas, preparando-os para a convivência em uma sociedade plural. A escola é espaço de socialização e produção do conhecimento em todas as suas dimensões, apresenta o conhecimento de forma plural, com apoio das fontes científicas e históricas, é comprometida com a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, críticos e criativos, que contribuem para tornar a sociedade mais humana e socialmente justa. A escola promove a discussão de temáticas transversais e integradoras, tal como diversidade cultural, relações e diversidade de gênero, educação das relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para o consumo e educação financeira e fiscal, entre tantos outros saberes que envolvem dimensões políticas, sociais, históricas, culturais, éticas e econômicas, que defendem o respeito à pessoa humana e ao ambiente.

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1 Fundamentação teórica

Educação, um direito fundamental e de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, propende a desenvolver e a potencializar a capacidade intelectual do indivíduo, aprimorando habilidades e competências. Constitui um processo único de aprendizagem associado às formações escolar, familiar e social. Podendo, portanto, ser formal ou informal. A educação não se limita à instrução ou à transmissão de conhecimento, ela ainda promove ações para tornar a escola mais humana, justa, inclusiva, que preserva o meio ambiente, compreende ainda o desenvolvimento da autonomia e do senso

crítico, habilidades e traços de caráter, incluindo o desenvolvimento da compreensão, racionalidade, bondade e honestidade.

Como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa, que considera e compreende os estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas ao longo da vida, a escola é ferramenta socializadora, é alicerce da vida.

2.2.2 Concepção de Infância e Criança

A concepção de infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos atrás. É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se podem perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma aberração, como a indiferença destinada à criança pequena, há séculos atrás era algo absolutamente normal. Por maior estranheza que se cause a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura. (ARIES, Philippe. História da Família. LTC, 1978. Disponível em: http://www.pedagogia ao pé da letra.com).

De um ser sem importância, quase imperceptível, a criança num processo secular ocupa um maior destaque na sociedade, e a humanidade lhe lança um novo olhar. Para entender melhor essa questão é preciso fazer um levantamento histórico sobre o sentimento de infância, procurar defini-lo, registrar o seu surgimento e a sua evolução. “O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. (Áries, 1978: 99).

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto e, portanto, merece um olhar mais específico.

Na Idade Média não havia clareza em relação ao período que caracterizava a infância, muitos se baseavam pela questão física e determinava a infância como o

período que vai do nascimento dos dentes até os sete anos de idade, como mostra a citação da descrição feita por Le Grand Propriétaire (Ariès, 1978:6):

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem tomar perfeitamente as palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes…

Até o século XVII a sociedade não dava muita atenção às crianças. Devido às más condições sanitárias, a mortalidade infantil alcançava níveis alarmantes, por isso a criança era vista como um ser ao qual não se podia apegar, pois a qualquer momento ela poderia deixar de existir. Muitas não conseguiam ultrapassar a primeira infância. O índice de natalidade também era alto, o que ocasionava uma espécie de substituição das crianças mortas. A perda era vista como algo natural e que não merecia ser lamentada por muito tempo, como pode ser constatado no comentário de “… as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual…” (Áries 1978:22).

Na Idade Média a criança era vista como um ser em miniatura, assim que pudesse realizar algumas tarefas, esta era inserida no mundo adulto, sem nenhuma preocupação em relação à sua formação enquanto um ser específico, sendo exposta a todo tipo de experiência.

Segundo Áries, até o século XVII, a socialização da criança e a transmissão de valores e de conhecimentos não eram assegurados pelas famílias. A criança era afastada cedo de seus pais e passava a conviver com outros adultos, ajudando-os em suas tarefas. A partir daí, não se distinguia mais desses. Nesse contato, a criança passava dessa fase direto para a vida adulta. (Áries, 1978).

A duração da infância não era bem definida e o termo “infância” era empregado indiscriminadamente, sendo utilizado, inclusive, para se referir a jovens com dezoito anos ou mais de idade (Áries, 1989). Dessa forma, a infância tinha uma longa duração, e a criança acabava por assumir funções de responsabilidade, queimando etapas do seu desenvolvimento. Até a sua vestimenta era a cópia fiel

da de um adulto. Essa situação começa a mudar, caracterizando um marco importante no despertar do sentimento de infância:

No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de criança do início do século XVII (Aires, 1978: 33).

As grandes transformações sociais ocorridas no século XVII contribuíram decisivamente para a construção de um sentimento de infância. As mais importantes foram as reformas religiosas católicas e protestantes, que trouxeram um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem. Outro aspecto importante é a afetividade, que ganhou mais importância no seio na família.

Essa afetividade era demonstrada, principalmente, por meio da valorização que a educação passou a ter. A aprendizagem das crianças, que antes se dava na convivência das crianças com os adultos em suas tarefas cotidianas, passou a dar-se na escola. O trabalho com fins educativos foi substituído pela escola, que passou a ser responsável pelo processo de formação. As crianças foram então separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade. (Aires, 1978).

Surge uma preocupação com a formação moral da criança e a igreja se encarrega em direcionar a aprendizagem, visando corrigir os desvios da criança, acreditava-se que ela era fruto do pecado, e deveria ser guiada para o caminho do bem. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, formou-se o sentimento de infância que viria inspirar toda a educação do século XX (Áries, 1989). Daí vem a explicação dos tipos de atendimento destinados às crianças, de caráter repressor e compensatório.

De um lado a criança é vista como um ser inocente que precisa de cuidados, do outro como um ser fruto do pecado.

“... Nesse momento, o sentimento de infância corresponde a duas atitudes contraditórias: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida

pela paparicação dos adultos, e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe à ela, tornando a criança um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto”. (Kramer, 2003:18).

Esses dois sentimentos são originados por uma nova postura da família em relação à criança, que passa a assumir mais efetivamente a sua função, a família começa a perceber a criança como um investimento futuro, que precisa ser preservado e, portanto, deve ser afastada de maus físicos e morais. Para Kramer (2003:18) “não é a família que é nova, mas, sim o sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVII, inseparável do sentimento de infância.”

A vida familiar ganha um caráter mais privado, e aos poucos a família assume o papel que antes era destinado à comunidade. É importante salientar que esse sentimento de infância e de família representa um padrão burguês, que se transformou em universal.

“... a ideia de infância (...) aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a sua inserção e o papel social da criança na comunidade. se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa de ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância, é pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade”. (Kramer 2003: 19).

No século XVIII, além da educação a família passou a se interessar pelas questões relacionadas à higiene e à saúde da criança, o que levou a uma considerável diminuição dos índices de mortalidade.

As mudanças beneficiaram as crianças da burguesia, pois as crianças do povo continuaram a não ter acesso aos ganhos representados pela nova concepção de infância, como o direito à educação e a cuidados mais específicos, sendo direcionadas para o trabalho.

A criança sai do anonimato e lentamente ocupa um espaço de maior destaque na sociedade. Essa evolução traz modificações profundas em relação à educação,

esta teve que procurar atender as novas demandas que foram desencadeadas pela valorização da criança, pois a aprendizagem além da questão religiosa passou a ser um dos pilares no atendimento à criança.

“…nesse período começa a existir uma preocupação em conhecer a mentalidade das crianças a fim de adaptar os métodos de educação a elas, facilitando o processo de aprendizagem. Surge uma ênfase na imagem da criança como um anjo, “testemunho da inocência batismal” e, por isso, próximo de Cristo”. (Loureiro, 2005 : 36).

Percebe-se o caráter cristão ao qual a educação das crianças foi ancorado. Com o surgimento do interesse nas crianças, começou a preocupação em ajudá-las a adquirir o princípio da razão e a fazer delas adultos cristãos e racionais. Esse paradigma norteou a educação do século XIX e XX.

Hoje, a criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado da criança. Ela deve ter todas as suas dimensões respeitadas. Segundo Zabalza ao citar Fraboni: “a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (1998:68).

Assim, a concepção da criança como um ser particular, com características bem diferentes das dos adultos, e contemporaneamente como portador de direitos enquanto cidadão, é que vai gerar as maiores mudanças na Educação Infantil, tornando o atendimento às crianças de 0 a 6 anos ainda mais específico, exigindo do educador uma postura consciente de como deve ser realizado o trabalho com as crianças pequenas, quais as suas necessidades enquanto criança e enquanto cidadão.

Numa perspectiva sócia histórica, a criança é fruto das interações sociais e a escola é um espaço de mediação e apropriação do conhecimento historicamente acumulado e que representa um importante papel no seu desenvolvimento. A

criança é um sujeito de direito em pleno desenvolvimento desde o seu nascimento. O tempo da infância é um tempo de aprender e de brincar. Sendo que a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem.

2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar

A preocupação em dialogar e acalmar a ansiedade natural que marca a entrada de uma nova etapa na vida dos filhos leva a escola a adotar uma postura de acolhimento através de reuniões gerais e individuais onde os familiares são informados sobre a prática diária em sala de aula e a logística necessária à organização escolar, bem como a visão que se tem enquanto Instituição formadora dessa ponte entre o cuidar, educar e ensinar.

Entendemos que o professor é o principal agente no processo ao situar intervenções na formação do educando a partir de atitudes que representam o exemplo na vida do aluno. Demonstrando na forma de ser e agir compromisso com a educação pública, sentindo prazer e entusiasmo no desempenho do seu trabalho e refletindo criticamente sua prática a partir da fundamentação teórica que lhe dá significado.

O professor deve estar ainda aberto às inovações e a troca que implica num processo de atualização e aperfeiçoamentos constantes. Demonstrar coerência entre discurso e pratica, prevalecendo atitude de carinho e respeito referente às diferenças encontradas, sejam elas de qualquer natureza.

É preciso ter conhecimento que o cuidar da criança em educação, vislumbra a permanência em definir prioridades e a importância eminente do processo desenvolvimento-aprendizagem e ensino. (...) O cuidado, compreendido na sua dimensão necessariamente humana de lidar com questões de intimidade e afetividade, é característica não apenas da educação infantil, mas de todos os níveis de ensino. “Na educação infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto...” “...Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos,

observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas, etc.) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos. (Disponível em: http://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/as-concepcoes-cuidar-educar-na-infancia-presentes-na-pratica-pedagogica-sidrolandia.htm)

Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, RCNS, 1998, p.23).

2.2.4 Transição da educação Infantil para o Ensino Fundamental

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Na educação Infantil as informações contidas em parecer e portfólios, ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança do Ensino Fundamental. Diálogo entre os profissionais do Pré II e os profissionais dos primeiros anos, são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

A complexidade que configura o processo educacional de uma criança pequena, seja na Educação Infantil, seja nos anos iniciais do Ensino Fundamental, requer

saberes relacionados às diferentes áreas do conhecimento e das relações com o mundo infantil, a fim de que cada criança,nas interações com os adultos e com as demais crianças, por meio de jogos, brincadeiras, música, teatro e tantas outras linguagens, incluindo o silêncio, viva experiências,constitua seu repertório de informações e desenvolva atitudes de convivência cidadã. É um tempo de viver a infância tal como ela é, sem antecipações ou preparações de caráter antecipatório; é a hora de transformar as vivências em uma base prazerosa e consistente para a formação de conceitos e para o relacionamento entre fatos e ideias. Consideramos o aspecto contínuo dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, assim como dos períodos de desenvolvimento pelos quais passam os alunos, incluindo a atividade principal específica de cada período, como condição para a organização de um ensino sistematizado e intencional, tanto na educação infantil como no ensino fundamental.

A Escola Municipal em Tempo Integral “Presidente Castelo Branco” Educação Infantil e Ensino Fundamental tem um olhar especial para essa passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, porque representa para a criança um momento de ansiedade e insegurança e muita expectativa. O professor de Educação Infantil deve considerar esse fato desde o início do ano, estando disponível e atento às questões e atitudes que as crianças possam manifestar. Tais preocupações podem ser aproveitadas para a realização de projetos que envolvam visitas às dependências da escola, entrevistas com professores e alunos, programar um dia de permanência em uma classe do 1º ano. Para que se tenha êxito com a criança nesta passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é interessante fazer uma despedida festiva, como marco desta grande vitória em poder chegar ao Ensino Fundamental. A criança nem sempre foi um sujeito de direitos, essa conquista iniciou com a Constituição Federal 1988 e ECA 1990, mas o que mais marcou foi a LDBEN/1996, nela é descrita a competência do Estado em garantir o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero e cinco anos de idade. Diante dessas mudanças as creches e pré-escolas começam a ser entendidas como necessárias para a educação integral da criança, emergindo a concepção de educação infantil que visa o desenvolvimento equilibrado do ser humano, quanto ao aperfeiçoamento de habilidades e atitudes nos aspectos: motores, afetivos, sociais e cognitivos,

quanto a sua perspectiva histórica de modo a incluir na construção do seu processo formativo.

2.2.5 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

Toda a transição sugere uma ideia de mudança e de adaptação. A Resolução Nº 4, do Conselho Nacional de Educação, 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no 2º, do Art 18, destaca que:

A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL).

Propõem-se como articulação entre o final do 1º ciclo e início do 2º ciclo do Ensino Fundamental atividades que facilitem a transição de forma que o processo de rompimento de vínculos e estabelecimento das novas relações na nova escola ocorra de uma maneira saudável. Promover encontros com professores do 5º ano e buscar o envolvimento da família na transição do aluno do 5º para o 6º ano através também de reuniões. Informar sobre as principais mudanças que envolvem o novo ciclo proporcionando mais segurança e tranquilidade na transição. Ressaltando que a presença dos pais ou responsáveis nas ações no início do novo período letivo e durante o ano, é fundamental na adaptação e aprendizagem das crianças.

A Escola Municipal em Tempo Integral “Presidente Castelo Branco” Educação Infantil e Ensino Fundamental consciente das dificuldades encontradas para fazer a articulação entre essas etapas do Ensino Fundamental, participa dos encontros promovidos pela Semedi e o Núcleo Regional de Educação a fim de manter um diálogo sobre as dificuldades encontradas com ênfase na transição, diminuindo ou evitando obstáculos de acesso enfrentado pelos alunos e assegurando a continuidade do processo educacional com qualidade. A partir destes encontros entre a Rede Municipal e Rede Estadual garantir um processo de aprendizagem mais adequado assegurando, desta forma, maior qualidade de ensino através de ações que serão realizadas durante o ano letivo nos 5º anos, levando em conta as estratégias usadas na superação das dificuldades e os

resultados obtidos durante este período. Elaborar propostas de ações referentes aos dados observados em parceria com as duas etapas de ensino levando em consideração a transição do 5º para o 6º ano.

2.2.6 Educação Inclusiva

De acordo com a Política a Educação Especial se define como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular.

Os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

A Educação Especial, de acordo com a atual Política do MEC, deve assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é definido pelo Decreto Federal 7.611/11, no § 1º do Art. 2º, alíneas I e II como:

(...) conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional econtinuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar a formação dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, como apoio permanente e limitado, no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais(...).

É acrescido ao atendimento aos alunos com transtornos funcionais específicos o Professor de Apoio, Professor Educacional Especializado em sala de AEE que também faz o acompanhamento itinerante, de sala em sala. A sala de Recursos Multifuncionais (AEE) é dotada de mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para atendimento aos alunos, em turno contrário ao ensino regular. Os alunos matriculados na sala de recursos são avaliados de acordo com avanços e crescimentos, registrados em relatório semestral. Quanto a avaliação, são avaliados de acordo com a necessidade de adaptação ou flexibilização curricular, além dos instrumentos de provas e avaliações orais. Enfim, a escola planeja alternativas e intervenções, diversificando as situações de aprendizagem para adaptar as especificidades dos alunos, desafiando e motivando constantemente a capacidade dos mesmos. O atendimento na sala de recurso multifuncional direciona suas ações para o

atendimento educacional especializado, que é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar a formação dos alunos no ensino regular. A ação pedagógica tanto na sala de ensino regular quanto na sala do AEE deve respeitar todas as particularidades do aluno, pois cada um é único em suas características, que dependem de uma série de fatores dos aspectos de desenvolvimento físico e socioemocional. Apesar de suas necessidades de aprendizagem acadêmica, os alunos nas diferentes áreas de abrangência da Educação Especial trazem conhecimentos de vida bastante valiosos, que precisam ser respeitados e valorizados, fazendo uso de planos de intervenção pedagógica individualizado.

No planejamento das intervenções, deve-se observar a natureza das dificuldades, considerando as severas ausências de interações, comunicação e linguagem e também as alterações de atenção, baixa frustração, ansiedade, hiperatividade e agressividade que podem apresentar. O profissional deve ser motivador e articulador na busca de recursos que atendam à necessidade de aprendizagem do aluno, sensibilizando-o na construção do conhecimento e propiciando ambiente socioafetivo favorável ao alcance da autonomia intelectual, moral e social, utilizando- se de todos os recursos disponíveis. A inclusão de alunos público alvo da Educação Especial é um grande desafio, e é fundamental que o professor da classe comum seja orientado à busca de novaspráticas educativas. Por sua vez, os professores da Educação Especial, por serem especializados atuam como apoio aos professores das diferentes disciplinas na escolarização desses alunos no contexto comum de ensino. É necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, juntamente com a equipe pedagógica, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e a flexibilização curricular, a avaliação diferenciada, de forma a atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. Outro ponto importante é uma relação estreita com a família do aluno, imprescindível no seu desenvolvimento. Manter um diálogo claro sobre as responsabilidades que competem a cada um

dos segmentos possibilita traçar intervenções pedagógicas específicas relevantes na aprendizagem dos conteúdos acadêmicos.

2.2.7 Educação para as relações étnico-racionais

Na concepção da construção da identidade como sinônimo de uma identificação com o que está estabelecido na cultura e no meio social. A contradição desta concepção se expressa na desconsideração do movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das diferenças. Nas diferenças estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio. Em muitas circunstâncias a noção de identidade tem servido para criar distinções de condições de vida ao mesmo tempo em que propicia o não reconhecimento das distinções individuais. A condição de preconceito e segregação que vivem, por vezes, as pessoas negras, indígenas são emblemáticas do resultado da relação entre identidade e diferença numa sociedade que prima por um padrão nos quais não se encaixam.

Procuramos desenvolver discussões e reflexão sobre as relações étnico-raciais dentro da Escola, por meio da atuação do professor, tendo como base a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial,e a Lei nº 11.645/08, que no seu artigo 26-A estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentosde Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados. O professor, com apoio da sua equipe pedagógica, é quem faz a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia. Para tanto faz-se necessário considerar as experiências culturais dos educandos, ampliando, a partir delas, os conhecimentos formais e científicos, estabelecendo, assim, uma conexão entre os conteúdos trabalhados e suas reais condições de vida e percepção da realidade. Expressar, em suas práticas pedagógicas, o Brasil das diferentes culturas, levar o aluno a se reconhecer como ser social, historicamente construído. Compreendendo o que é ser negro ou

pardo, indígena e como é importante se autodeclarar e se valorizar no ambiente escolar.

2.2.8 Concepção do Ensino Integral

Como concepção, a proposta de educação integral deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral, assumindo o papel de articuladora das diversas experiências educativas a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens e desenvolvimento de todos os estudantes. Para educar um indivíduo é preciso envolver e articular diversos outros indivíduos, tempos e espaços. Afinal, somos todos sujeitos completos, totais, com as mais diversas características, necessidades e possibilidades de aprendizagem ao longo da vida. (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. A Educação Integral. Disponível em: http://www.educaçãointegral.org.br).

Compreende-se, então, que:

- A educação é por definição integral na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a vida. Assim, educação integral não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição;
- Espaços, dinâmicas e sujeitos são objeto de aprendizagem e também seu fim, o sentido próprio para o qual converge a construção de qualquer conhecimento. Assim, mais do que um conjunto de espaços a cidade é compreendida como território educativo e o binômio escola-comunidade é sua síntese.

Nessa perspectiva, todos – escola, família, comunidade e a própria cidade, são educadores e aprendizes de um mesmo e colaborativo processo de aprendizagem.

Fundamentalmente, a educação integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos compartimentados do currículo tradicional e compreende a vida como um grande percurso de aprendizado e reconhece a própria como uma grande, permanente e fluída escola.

Portanto a Escola Municipal Presidente Castelo Branco atenderá de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) as atividades curriculares permanentes a serem desenvolvidos com uma vivência de caráter lúdico, relacionadas aos componentes curriculares (BNCC), visando ampliação de conhecimentos, pesquisa, entre outros, serão: Oficinas: - Cultura e Arte; - Esporte e Lazer; - Aprofundamento da Aprendizagem; - Meio Ambiente; - Linguagens. Os alunos são contemplados diariamente com horário de almoço, orientações de higiene e momentos de descanso, lanche a tarde antes do ínicio das oficinas.

2.2.9 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

A exclusão e o abandono escolares afetam a vida de centenas de crianças e adolescentes. Conhecer esses fenômenos é fundamental para enfrentá-los. Por isso, a Busca Ativa Escolar disponibiliza dados sobre a exclusão e a abandono escolares no Brasil, nas cinco regiões, nos estados e nos municípios. Fornece, ainda, dados sobre situação de adesão e de implementação da estratégia em todo o país.

A Escola Castelo Branco tem o compromisso de inserir os dados necessários ao atendimento às crianças infrequentes no Sistema de Busca Ativa. O serviço de Orientação Pedagógica da Escola monitora junto aos professores a frequencia escolar de cada turma, verificando a necessidade de intervenção. Solicita a presença dos responsáveis pelo aluno em questão, registra o diálogo em livro ATA, redige Termo de responsabilidade, realiza visitas e encaminhamento ao Conselho Tutelar. Faz ainda levantamento de aspecto sociais, de saúde ou outras necessidades do aluno e direciona para os atendimentos necessários a cada caso.

2.2.10 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar

A Escola faz uso do SERP - sistema para registro das ações previstas no Caderno do Programa de Combate ao Abandono, portanto, assim que o(a) professor(a) constata a ausência não justificada do(a) estudante por 05 faltas/ dias consecutivos ou 07 faltas/dias alternados num período de até 60 dias, comunicar à pedagoga orientadora, que dará os encaminhamentos previstos no Caderno do PCAE e registrará o caso de infrequência no sistema. Se o(a) estudante faltar 07 dias alternados num prazo menor de 60 dias, o(a) pedagogo(a) não deve esperar completar este prazo para dar os devidos encaminhamentos.

Esgotadas todas as possibilidades de busca ativa dentro da escola e o(a) estudante não retornando, o caso de infrequência é comunicado e enviado à Rede de Proteção.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTAO

2.3.1 Fundamentação Teórica

Uma boa gestão educacional precisa adaptar-se as características do sistema social que está inserida, tem que promover uma boa gestão de recursos para servir de suporte para o crescimento e desenvolvimento organizacional. A gestão escolar apresenta um sistema de relações humanas e sociais que interagem. Racionalizar o uso de recursos, coordenar e avaliar o trabalho das pessoas faz parte dessa gestão, que deve ser feita de forma democrática e participativa. Garantir um bom serviço à comunidade refere-se a correta gestão de recursos e do ensino oferecido pela Instituição. Assim como possibilita o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisão e no funcionamento da organização, propicia um melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, também propicia uma melhor distribuição de seus recursos e um ambiente mais favorável a todos.

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática

A APMF é uma Entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. Geralmente, é regida por estatuto ou regulamento próprio definido por seus membros, de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes do colegiado da unidade escolar. Algumas das responsabilidades da APMF são: analisar e estudar os seus estatutos, procedendo às necessidades de mudança para a realidade da escola e comunidade junto ao conselho deliberativo; aprovar o estatuto em assembleia geral; administrar a associação segundo as normas expressas no estatuto; e manipular recursos financeiros oriundos de promoções realizadas pela comunidade e de convênios firmados com a secretaria de Educação, aprovados pelo colegiado nas escolas.

O Conselho da Escola é um colegiado formado por todos os seguimentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Por meio do Conselho, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando esse colegiado não um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola. Não podemos considerar a natureza do Conselho como uma questão menor. Suas funções são sempre revestidas de grande importância e relevância. Assim, nosso plano de trabalho na escola será pautado nos princípios de Gestão Democrática, qualidade de ensino, parceria entre a escola e a comunidade. Pretendemos desenvolver nosso trabalho embasado em valores como: comprometimento, pois acreditamos no potencial de nossa comunidade escolar, por isso buscaremos o envolvimento de todos para o sucesso de nossos alunos; inovação, incentivando formas diversificadas para o desenvolvimento de ações que favoreçam uma aprendizagem significativa; integração escola-família-comunidade para alcançarmos efetivamente uma gestão participativa. Em nosso plano de ação contemplamos Articulação com a Secretaria de Educação do Município, Sensibilização da comunidade escolar, Aprofundamento do assunto (conselho Escolar), Inscrição das chapas do Conselho Escolar através da carta convite ou comunicado, Escolha dos representantes através de eleição direta. Elaboração de calendário de reuniões. Planejar ações a serem desenvolvidas pela escola e avaliação e revisão das ações desenvolvidas.

O Processo de Consulta à Comunidade Escolar para Designação de Diretores objetiva garantir a todos os envolvidos na dinâmica educativa a participação nos processos de gestão, em ações coletivas, tornando-se um instrumento de intencionalidade e compromisso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O método mais comum utilizado é a votação, que deve ter regras claras para quem poderá participar (pais, professores, alunos, quadro de apoio da escola) e de como será apurado o resultado. Outros tipos de audiências poderão ser realizados, desde que garantam a transparência e a participação de todos.

2.3.3 Eixo de Gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

Gestão Participativa para resolução de conflitos – Recursos Humanos – Responsáveis Equipe Gestora.

Prioridades:

-Mobilizar a comunidade escolar para o acompanhamento do processo ensino aprendizagem elaboração do Projeto Pedagógico;

-Conscientizar a comunidade escolar a preservar e manter o patrimônio escolar;

-Mobilizar a APMF e Conselho Escolar a participar da tomada de decisões.

Ações:

-Parceria com o Conselho tutelar para oferecer palestras.

-Reuniões e palestras para conscientizar a família da importância do acompanhamento da vida escolar do filho.

-Elaborar projetos a fim de conscientizar a comunidade escolar da importância de preservar, conservar e manter o patrimônio escolar.

-Revitalizar o conselho Escolar garantindo a sua participação no processo ensino aprendizagem, na elaboração do Projeto Político pedagógico e na tomada de decisões.

Gestão de Pessoas – Responsáveis Equipe Gestora

Prioridades:

- Motivação da Comunidade Escolar.
- Maior participação da família na escola.

Ações:

-Reuniões trimestrais motivacionais.

-Desenvolver projetos que incentivem a participação e o envolvimento da família no cotidiano escolar.

-Confraternização a cada final de semestre, datas comemorativas.

- Escola de Pais.

Recursos:

- Financeiros

- Humanos

Gestão de Resultados Educacionais - Recursos Humanos - Responsáveis Equipe Gestora

- Conscientização da importância da participação da comunidade escolar na busca da melhoria na qualidade de ensino.

- Reuniões para divulgação dos resultados do IDEB, da prova SAEB e da Prova Paraná.

Gestão de Serviços e apoio, recursos físico-financeiros - Responsáveis SEMEDI

Prioridades:

- Funcionamento Integral do laboratório de informática e demais equipamentos tecnológicos.

- Manutenção geral das instalações predial da escola. (pintura, roçada, telhado, hidráulica, telhado, elétrica).

Recursos:

- Financeiros

2.3.4 Articulação entre a instituição, família e a comunidade

São dois os principais objetivos da parceria escola-família: o primeiro, propiciar o conhecimento da história de nosso aluno, da história do seu contexto familiar, os costumes e os valores culturais de sua família. Esse conhecimento favorece e complementa o trabalho realizado na escola, já que nos permite compreender o movimento e o envolvimento de nosso aluno na relação com o grupo e o conhecimento. O segundo objetivo é propiciar o conhecimento dos pais e

responsáveis sobre a proposta pedagógica que está sendo desenvolvida, para que possam participar e discutir suas ideias com a equipe.

Como temos firmado o compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação das famílias dos educandos na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica. Neste sentido, compreendemos a parceria escola-comunidade na sua dimensão histórico social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais, valorizando seus costumes, tradições, valores e cultura, mas, simultaneamente, expressando com clareza nossas metas, atitudes, visão de mundo, valores e prioridades educacionais. Entretanto, é preciso pontuar que essa forma de conceber o papel das famílias esbarra, muitas vezes, em dificuldades oriundas tanto da maneira com que os pais e profissionais se percebem, de suas expectativas, como ainda das condições objetivas do cotidiano. O ideal seria que houvesse participação efetiva dos pais nas decisões tomadas no interior da escola, até mesmo as mais simples, mas algumas vezes por comodismo, as instâncias colegiadas tornam-se órgãos de caráter consultivo ao invés de deliberativo.

É preciso motivar para a participação, por este motivo, constantemente a escola realiza palestras direcionadas as famílias que fazem parte da comunidade onde está inserida. As mesmas também são convidadas a participar das festividades com o objetivo de integração entre família e escola. Também são realizadas reuniões de acompanhamento trimestrais, onde os professores, direção e equipe pedagógica ficam a disposição para atendimento aos pais que tiverem interesse em acompanhar o rendimento escolar de seu filho. Acreditamos, portanto, que a conscientização para a participação deve partir da escola que poderá formar / ensinar os indivíduos para que exerçam sua cidadania de fato, conhecendo e entendendo a realidade social onde estão inseridos e atuando sobre ela. Portanto, faz-se necessária a mobilização do corpo docente, da equipe gestora para motivar os pais a se tornarem mais participativos, mesmo que sejam necessárias parcerias com outros profissionais para que esta motivação aconteça.

Gestão Pedagógica – Responsáveis Equipe Gestora

Prioridades:

- Refletir sobre os conteúdos a serem trabalhados a cada ano.

- Incentivar a participação da família nas reuniões sobre o desempenho dos alunos.
- Equiparar os conteúdos propostos pelo currículo de acordo com cada ano escolar.
- Promover e oportunizar grupos de Estudos e Formação Continuada.
- Baixar o índice de retenção de alunos.
- Elevar índice do IDEB

Ações:

- Elaborar e reestruturar o planejamento anual.
- Orientar e supervisionar a estruturação do planejamento trimestral docente
- Realizar palestras e formação continuada contando ainda com outros profissionais da área de educação, a fim de garantir o permanente aperfeiçoamento dos saberes necessários a atividade docente.
- Estudo e reestruturação do PPP.
- Desenvolver grupos de estudos e formação continuada para entender e acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos e suas reais necessidades.
- Estimular a utilização de metodologias diversificadas que melhor atendam as diferenças individuais e mantenham atualizado o profissional em sua prática.

Recursos:

-Salas de aula
-Materiais pedagógicos e tecnológicos
-Livros didáticos
-PPP
-Equipe Pedagógica

Gestão de inclusão/sócio/educação - Responsáveis Equipe Gestora

Prioridades:

- Respeito aos alunos com necessidades especiais.
- Rampa de Acesso
- Corrimão
- Banheiros adaptados

Ações:

- Escola acessível.
- Parceria junto a SEMEDI.
- Parceria junto ao CMAE para acompanhamento aos alunos atendidos e maior agilidade nos atendimentos encaminhados para avaliação.

Recursos:

- Financeiros, junto ao Governo Federal através do Programa Escola Acessível.
- SEMEDI
- CMAE

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais

O primeiro sentido de organização e gestão da escola está ligado à ideia de que a escola, enquanto instituição, é uma unidade social em que pessoas trabalham juntas (lugar de interação, lugar de relações) para alcançar determinados objetivos e, especificamente, o de promover o ensino-aprendizagem dos alunos. Essa atividade conjunta precisa ser estruturada, organizada e gerida.

E é na relaçao entre essas pessoas que se gera um estilo coletivo de perceber as coisas, de pensar os problemas, de encontrar soluções. Contrói-se uma cultura de escola que passa para o comportamento de professores e alunos. Nossa Escola tem uma cultura própria que permite entender tudo o que acontece nela, ela pode ser discutida, avaliada, planejada, num rumo que responda aos propósitos da direção,da coordenação pedagógica e do corpo docente.

As formas de organização e gestão adquirem um caráter eminentemente pedagógico, implicando a definição de objetivos educativos a serem assumidos pela equipe, a mobilização do corpo docente em torno de objetivos comuns, a formação continuada no contexto de trabalho, a valorização das reuniões efetivamente pedagógicas, a busca de metas comuns em torno dos procedimentos didáticos, considerando-se que esses fatores têm um impacto nos resultados escolares.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

O registro de ocorrências pedagógica e interpessoais faz parte da cultura do ambiente escolar. O do livro ATA é utilizado para esses registros.

É uma fonte de dados valiosa para a escola, com base nos indicadores registrados, trabalhe a gestão de forma estratégica.

O intuito do registro de ocorrências disciplinares é contribuir na mediação de conflitos. A maneira como são descritos, bem como o uso de seus dados, devem acontecer da seguinte forma:

- Descrição das ocorrências: procuramos esclarecer os fatos da maneira mais imparcial possível.
- Utilização dos dados: os registros proporcionam informações importantes à escola. Muitas das causas dos problemas serão reconhecidas através de seus dados. Desta maneira, indisciplina, violência e, inclusive, rendimento pessoal e escolar, podem ser melhor entendidos e trabalhados.

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a Mantenedora

Entre as diversas dinâmicas escolares, a equipe gestora se apresenta como um elemento central no aprimoramento das práticas educativas e na qualificação da construção das aprendizagens. Como parte de uma rede pública de ensino, é através das nossas mantenedoras, que supervisionam este trabalho de gestão, sobretudo, por meio das assessorias pedagógicas, que o direcionamento mais preciso do trabalho é efetivado.

Compreendemos que a parceria entre a assessoria e a coordenação é um fator potencializador do trabalho pedagógico na escola, qualificando ainda mais as propostas ofertadas e articulando os fundamentos e concepções da Rede de Ensino com as especificidades de cada instituição escolar.

A assessoria sempre está próxima à escola, dialogando cotidianamente com os coordenadores, realizando trocas e auxiliando no desenvolvimento de práticas escolares que qualifiquem a aprendizagem. O trabalho de modo articulado, potencializa e qualifica as propostas escolares, no desenvolvimento de uma prática educativa de qualidade.

Cada uma das funções desempenhadas na escola possui especificidades e atribuições diferenciadas. Assim, o diálogo e as trocas entre assessoria e coordenação é um elemento que potencializa e qualifica as práticas educativas na Rede Municipal de Ensino .

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e os estudantes

influencia os processos de aprendizagem, seja positiva ou negativamente. Ou seja, acelera ou atrasa o desenvolvimento intelectual.

Estabelecer uma boa relação entre professor e aluno é fundamental para a construção do conhecimento de qualquer estudante, não importa a idade ou o nível de formação. Mais do que nunca, é preciso criar uma relação de cooperação e respeito entre os docentes e os discentes, não de imposição. O estudante deve ser tratado como protagonista na construção do seu conhecimento e estimulado a ter uma participação interativa em sala de aula.

2.3.9 Plano de Conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e ao ciberbullying, de acordo com a Lei 14811/2024 que altera alguns artigos do ECA

A violência tem se agravado e assumido diversas formas de expressão nas escolas. E essa violência não consiste apenas nos episódios com armas, agressões físicas e casos de abuso. E também não se confunde com as ocasionais brigas entre alunos e o empurra-empurra na cantina. Existem também casos de violência simbólica que ocorrem o tempo todo: como o bullying e o ciberbullying.

Tomamos algumas medidas como prevenção a esses tipos de violência mantendo um diálogo aberto com os alunos**.** De um modo geral, a violência que acontece nas escolas é bastante discreta, mas pode vir a ser nociva o suficiente para gerar sofrimento e aprisionar as vítimas no silêncio.

Entendemos que a escola precisa ser reconhecida pelos alunos e seus familiares como um ambiente social seguro, por isso, mantemos canais de comunicação sempre abertos com os alunos e suas famílias. Esse hábito ajuda na construção de um vínculo de confiança. Quando o aluno e a família se sentem seguros e acolhidos no ambiente escolar, ao sinal de qualquer problema eles se sentirão mais confortáveis para buscar ajuda.

Observamos mudanças de comportamento, como deixar de se alimentar ou ficar mais quieto ou recluso. Esses podem ser alguns sinais de que algo não está indo bem na vida dessas crianças.

Observar se as crianças apresentam alguma marca estranha no corpo também é fundamental para identificar a ocorrência de violência física.

Também entendemos que quem cresce em um ambiente em que a violência é recorrente, tenderá a reproduzi-la, seja entre os alunos, contra os professores ou mesmo na forma de vandalização do patrimônio escolar, seja ele material ou imaterial. Caso algum aluno insista em praticar qualquer tipo de hostilidade, conversamos com sua família para buscar, junto a ela, metas de mudanças comportamentais.

Buscamos a conscientização, discutindo as ações e atuando em busca de soluções. Quando a escola favorece o diálogo em torno desse tema, ela ajuda a desenvolver o senso crítico em seus alunos e ganha força no sentido de valorizar o respeito, a solidariedade e a convivência entre seres humanos que chegam à escola com origens, histórias, bagagens e limitações muito diferentes.

Abordagens coletivas, como mostrar filmes e promover debates entre os alunos, são estratégias para sensibilizar os alunos e encorajá-los a enfrentar o problema. A tomada de consciência coletiva é um passo importante no caminho da prevenção.

Dependendo de como essa violência física e/ou simbólica estiver refletindo no comportamento de uma criança, a família pode buscar o auxílio de um psicólogo, profissional especializado na área, a escola orienta nessa situação.

Outra maneira de lidar com a violência na escola pela perspectiva da prevenção está em estabelecer normas de convivência que incentivem o respeito entre as pessoas.

Ao existir um conjunto de regras que indicam como se comportar diante dos colegas, professores e equipe escolar, leva aconscientizá-los que atitudes violentas não são saudáveis para suas vidas dentro e fora da escola.

O cotidiano escolar é um dos primeiros modelos de sociedade vivenciados por uma pessoa. Nesse sentido, é dever da escola criar um ambiente que tenha representações dos aspectos sociais que as crianças vão experimentar no mundo “lá fora”. Em outras palavras, para que os alunos aprendam a viver em sociedade, é necessário que a escola os incentive a interagirem e se relacionarem em ambientes que não estejam necessariamente ligados à sala de aula.

Ao criar atividades extracurriculares voltadas para o desenvolvimento social dos alunos, a instituição incentivará o bom convívio entre crianças. Gincanas, times esportivos, rodas de leitura, passeios com a turma são alguns exemplos de como reduzir a pressão das responsabilidades escolares e estimular a interação social entre os estudantes.

A principal entidade da sociedade civil que tem o dever de atuar no combate aos vários tipos de violência é a escola. Nossa escola trabalha através do diálogo , de campanhas informativas para previnir as diversas manifestações de violência. Casos isolados são trabalhados com a família, verificando outros encaminhamentos dependendo de cada situação.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1 Fundamentação Teórica

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do professor. É o fio condutor da ação educativa. Conceituando planejamento de acordo com Sacristán: “Planejar é dar tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, esquematizando os elementos mais importantes numa seqüência de atividades”.

No Planejamento de Ensino temos alguns elementos essenciais: conhecimento da realidade; dados de identificação; finalidade; conteúdos, habilidades;

metodologia; atividades discentes; cronograma; recursos; referencias, métodos de intervenção, formas de interação.

O planejamento de uma é elaborado de forma quinzenal entregue empre com antecedencia minima de tres dias. O planejamento de uma disciplina busca eficiência, deve ser claro e realizável, é elemento de comunicação entre professor e coordenador, assim como entre professores e alunos, possibilita integração das disciplinas.

Para ser protagonista da ação de educar é necessário que os professores saibam como são produzidos os conhecimentos que ensina, que tenham conhecimentos básicos dos contextos e dos processos de investigação usados pelas diferentes ciências, para que não se tornem apenas multiplicadores de informações.É necessário ter conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação.

2.4.2 Plano de ação para a Recomposição da Aprendizagem

A recomposição da aprendizagem abarca mais estratégias, para além do aliviamento das perdas de conteúdo. Consideramos etapas de avaliação diagnóstica, acolhimento, readaptação e uso de diferentes metodologias. Tudo isso para remediar, intervir e acelerar o processo de ensino e aprendizagem,

O trabalho de apoio escolar foi retomado, pelo menos duas vezes por semana no período da manhã e a tarde. Os professores, a partir do ano de 2022 receberam pasta com ficha individual para acompanhamento dos alunos apontados com dificuldade, anexando as fichas anteriores aos alunos já trabalhados no ano anterior. Foram discutidos com os professores intervenções e material de apoio. Para diagnóstico da turma os professores de apoio receberam fichas de leitura e nível matemático para serem apresentados periodicamente. O Programa de apoio escolar perdurou todo o ano letivo. As turmas da tarde contaram com a adesão da Escola ao Programa Tempo de Aprender, um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do País até 2023.

No corrente ano esse Plano de ação tomou forma de Projeto intitulado "Eu Posso Aprender" com a intenção melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, identificar de forma mais específica suas dificuldades e superar defasagens. Para tanto, uma sondagem inicial foi necessária nas disciplinas de português e matemática, em cada sala, com todos os alunos. Os resultados foram vistos e discutidos com o professor regente e a pedagoga da escola.

Trabalhamos para produzir e identificar materiais que possam ajudar cada aluno em particular, que seja acessível ao aluno, ou seja, que traga os aprendizados que precisa adquirir colocados de uma forma que ele compreenda. Apostar na qualidade e não na quantidade dos exercícios práticos, buscando alternativas diferentes. Para isso, o profissional vai se valer dos mais diversos recursos, desde aumentar o tamanho da fonte até substituir textos por imagens ou outras estratégicas que funcionem naquele caso. Além de elaborar, o professor também vai mapear recursos já existentes e que possam contribuir com a aprendizagem do aluno, como um software específico, materiais de apoio disponíveis na internet, material concreto, jogos pedagógicos ou até disposição de mobiliário que torne a sala um ambiente mais acolhedor e aprazível.

Atuar junto com a família e a equipe pedagógica, investigando e refletindo sobre o que aumenta a motivação da criança na escola e o que diminui; se cumpre uma rotina de estudos em casa, as matérias que tem maior dificuldade e maior facilidade, em que momento consegue se concentrar melhor, assuntos que podem despertar seu o interesse; se atentar para possíveis necessidades especiais de ensino, encaminhando casos mais complexos que precisam de outras orientações para a equipe de orientação escolar; conversar com os professores para saber exatamente como é seu comportamento em sala; e estimular que a própria criança fale sobre seu processo de aprendizagem.

Ser acessível e ajudar o aluno nos seus problemas escolares. Além disso, ao aprender a fazer um exercício ou compreender uma parte da matéria estudada, a confiança e a busca por um novo desafio surgem quase que naturalmente. Realizar um trabalho focado em gerar autoconfiança e aumentar a autoestima dos alunos, assim, o estudante entenderá que existe um esforço específico para o seu

próprio sucesso. Dessa forma a escola atua em uma área que vai além do ensino tradicional e que pode trazer muitas conseqüências positivas para a vida toda.

2.4.3 Plano de Ação do Diretor

A vida do gestor escolar se transformou significativamente desde a pandemia. Essa mudança trouxe preocupações e desafios para pais, alunos, professores, colaboradores e principalmente para a equipe gestora, que não pode implantar totalmente o seu plano de ação proposto na consulta pública realizada em 2019.

Considerando, portanto, esse período pós-pandêmico em que a proposta não pôde se concretizar no prazo de 3 anos e com uma significativa redução no rendimento escolar, é que elaborou-se esse novo plano de ação com o objetivo de pautar as demandas da escola e as ações na necessidade de recuperar os prejuízos gerados pela instabilidade escolar .

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Coordenar a organização escolar	Envolver a comunidade escolar e achegar as famílias com a instituição; Guiar a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP; Construir situações para a qualificação continuada dos docentes e demais agentes da instituição escolar; Organizar eventos escolares; Analisar e acompanhar o desenvolvimento do corpo discente. Analisando o cotidiano da escola, observa-se que o principal desafio apresentado é o que tem relação com a participação da comunidade escolar, dessa forma, realizaremos reuniões trimestrais e quando se fizerem necessárias, com os pais sobre OBJ_	**DIREÇÃO ESCOLAR, Durante o ano letivo.**

	a importância da participação dos mesmos no processo ensino aprendizagem. Verifica-se que durante o período pandêmico aumentou a necessidade de discutir com maior frequência e envolvimento na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, oportunizando momentos de discussão e colaboração entre os envolvidos durante o ano letivo. Incentivar a participação dos docentes e demais agentes da instituição escolar nas formações continuadas ofertadas pela mantenedora e as pela própria escola, nas horas atividades, durante o ano letivo. Realizar atividades relativas às datas comemorativas com fundamentos históricos e pedagógicos dentro da própria instituição, sem fins lucrativos com a participação dos alunos, professores, colaboradores e equipe gestora nas datas estabelecidas antecipadamente no início do ano letivo. Os desafios apresentados visam buscar o bem-estar de todos e o sucesso do processo ensino e aprendizagem no decorrer do ano letivo.	
Prezar pela Cultura Organizacional	Promover maior entrosamento entre os professores, pais e alunos; Possibilitar uma formação social, afetiva e plena; Visar a organização não apenas dos alunos, mas da escola como um todo. Através de encontros de formação para pais, alunos, professores e demais funcionários, buscando por meio de palestras, abordar temas como: amizade, responsabilidade, solidariedade,	**DIREÇÃO ESCOLAR, Durante o ano letivo.**

	bullying, trabalho infantil, abuso e violências; meio ambiente/reciclagem; trânsito, entre outros, visando estimular de forma positiva e ordenada aos valores da comunidade a qual a escola faz parte. As palestras acontecerão possivelmente em três datas durante o ano. Desenvolver nos alunos a consciência de cuidar dos seus pertences, como: lancheira; garrafa de água; casacos de uniforme, que são esquecidos nos ambientes da escola. Nestes desafios, a Escola se propõe para o novo mandato, a cumprir estas ações através de momentos coletivos que proporcionem a troca de vivências e experiências, a fim de conquistar a consciência social e o comprometimento da comunidade escolar.	
Colocar a BNCC em prática	Definir objetivos escolares; Tornar a escola mais inclusiva e democrática. Havendo a necessidade de cumprir obrigatoriamente as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da Educação Básica, busca-se esgotar todas as possibilidades e instrumentos que assegurem valorizar as potencialidades e identificar as dificuldades de aprendizagem, criando condições de intervenção imediata e de longo prazo, assegurando a melhoria da qualidade do ensino, observando o padrão da comunidade escolar e classe social dos alunos, buscando um olhar mais afetivo e acolhedor para que o processo decorra sem exclusão,	**DIREÇÃO ESCOLAR, Durante o ano letivo.**

	segregação ou discriminação.	
Valorizar a Equipe Escolar	O desafio a ser sanado na competência “Valorizar a Equipe Escolar” é: Promover rodas de conversas para troca de experiências onde haja interação e o planejamento em conjunto para um pleno trabalho colaborativo e harmonioso, pois trará benefícios ao processo de ensino aprendizagem.	**DIREÇÃO ESCOLAR.** Estes encontros serão realizados na hora atividade dos docentes, durante o ano letivo.
Coordenar o Projeto Político Pedagógico (PPP)	Político Pedagógico - PPP, por meio dos objetivos: Promover a autonomia na gestão administrativa e pedagógica, por meio de ações que se adequem à realidade da Instituição, respeitando a diversidade cultural, social e religiosa, além de considerar as especificidades da Escola; Respeitar as diretrizes e leis; Garantir junto a comunidade escolar a transparência e a democracia na tomada de decisões; Elevar e manter o índice de aprovação dos alunos; Reduzir os índices de retenção; Melhorar os índices em avaliações externas. Pretende-se manter a prática de se estudar e discutir sobre a avaliação da aprendizagem e da organização da escola. Continuará sendo realizado a cada trimestre, o pré-conselho em hora atividade com os professores regentes e corregentes e a realização do Conselho de Classe, aos sábados	**DIREÇÃO ESCOLAR** O prazo para a realização das atividades será a longo prazo, durante todo o ano letivo

	letivos previsto em calendário escolar. Com esta prática, busca-se traçar o perfil das turmas definindo e priorizando os casos a serem encaminhados para a avaliação psicopedagógica, bem como outros que se fizerem necessários, além de realizar o levantamento dos alunos retidos e aprovados pelo Conselho de classe para definição dos encaminhamentos. Sabedores de que todas estas propostas elevarão e manterão o índice de aprovação dos alunos, bem como reduzirão os índices de retenção, constata-se a melhora_ no desempenho dos alunos nas avaliações externas. Todas essas iniciativas estarão pautadas e asseguradas, respeitando as diretrizes e as leis que regulamentam a Educação Brasileira. Desta forma, mudando o cenário atual da Escola, que encontra-se com uma comunidade escolar alheia às circunstâncias da rotina institucional, o desafio será incentivar a participação dos pais ou responsáveis, informando a importância de suas participações, valorizando as contribuições para o Projeto Político Pedagógico da escola.	
Gerenciar os recursos com eficiência	Economizar em recursos físicos, de modo a tornar a escola mais eficiente; Oferecer ferramentas tecnológicas que contribuam para a atuação dos professores. Diante desta competência, deliberar junto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e do Conselho Escolar, de forma objetiva e transparente, a aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional	**DIREÇÃO ESCOLAR** O período de desenvolvimento será o ano todo, pois gestão se faz todos

	de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio do Programa do Dinheiro Direto na Escola - PDDE básico e qualidade - Tempo de Aprender e Educação Conectada, e ainda, na aplicação dos recursos próprios advindos das contribuições voluntárias dos pais ou responsáveis. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas, mais ideias surgem para solucionar problemas de ordem financeira ou pessoal.	os dias.
Ter proatividade	Outra competência essencial na gestão escolar é possuir proatividade. Na busca de um perfil inovador, criativo e disposto a resolver as dificuldades que surgirem no decorrer na gestão. A partir desta proposta, tornar o ambiente propício a fomentar novas idéias, partilhando com a equipe escolar a responsabilidade em fortalecer o trabalho coletivo, a fim de melhorar o desempenho escolar dos alunos.	**DIREÇÃO ESCOLAR** Esta competência será desenvolvida no decorrer do ano letivo.
Promover a parceria entre a escola, famílias e comunidade	A fim de orientar para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico e estimular a comunicação e a parceria entre a Escola, as Famílias e a Comunidade, será organizada reuniões periódicas, a fim de conhecer as estruturas familiares e suas demandas, abrindo as portas da Escola para a exposição de trabalhos, portfólios, palestras e divulgação das atividades realizadas em salas de aulas, nas redes sociais oficiais da Instituição.	**DIREÇÃO ESCOLAR** Será realizado durante o ano letivo.
Promover o respeito e a empatia	Nesta competência, coloca-se a importância em praticar diariamente no ambiente escolar o exercício da empatia, do diálogo, da mediação de conflitos e da cooperação, beneficiando o bem-estar	**DIREÇÃO ESCOLAR** Com meta de prazo, o ano

	de todos os envolvidos no processo. Busca-se a melhoria da convivência escolar, promovendo ações positivas, que permitam a escuta das dificuldades apresentadas pela comunidade. Além disso, incentivar a colaboração e a doação aos menos favorecidos, mostrando que as desigualdades sociais podem ser atenuadas. Outro aspecto importante é conscientizar que a sociedade é formada pela diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, cultura e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. Tenta-se desta forma, mudar o atual cenário, que vem a ser o individualismo.	letivo.
Incentivar um ambiente baseado em valores	Nesta perspectiva, a Instituição deve ser vista como um lugar onde todos devem se concentrar para realização das propostas do plano, com o comprometimento dos profissionais, desempenhando suas funções com competência e responsabilidade, pois só assim se atingirá uma gestão democrática plena. Acredita-se em uma gestão participativa, flexível e atualizada em consonância com as mudanças sociais, possibilitando a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, favorecendo a permanência na escola e a formação integral do sujeito, bem como a inclusão social para o exercício da cidadania e do trabalho. Pretende-se desenvolver um trabalho embasado em valores como: comprometimento,	**DIREÇÃO ESCOLAR** Será realizado durante o ano letivo.

	pois se acredita no potencial da comunidade escolar, e com isso busca-se o envolvimento de todos para o sucesso dos alunos; inovação, incentivando formas diversificadas para desenvolvimento de ações que favoreçam uma aprendizagem significativa; integração escola/família/comunidade, para alcançar efetivamente uma gestão participativa centrada no desenvolvimento do aluno, buscando desenvolver suas potencialidades para o pleno exercício da cidadania. Como visto neste documento, este plano de ação será pontuado nos princípios de gestão democrática, valorização dos profissionais da educação, qualidade de ensino, parceria entre a escola e a comunidade, autonomia e democratização do acesso e permanência do aluno na escola.	

2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

O trabalho do Pedagogo

Princípios Norteadores da Ação dos Pedagogos, Gestão democrática e participativa, Trabalho coletivo; Ética Profissional; Educação de qualidade; Comprometimento político-pedagógico

A Organização do Trabalho Pedagógico no Cotidiano da Escola:

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Organização do trabalho pedagógico no coletivo da escola. **Organização do espaço e tempo escolar** **Formação Continuada do Coletivo de Profissionais da Escola**	(Re) Construção/implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Coordenar as adequações do Projeto Político-Pedagógico Elaborar o Projeto de formação continuada dos profissionais da escola para o aprimoramento teórico metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas Desenvolver processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica.Orientar e verificar o controle de frequência diária com registros dos conteúdos e observações pertinentes Pesquisar e fornecer subsídios teóricos metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola Coordenar grupos de estudo Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e reflexão do processo de	Pedagoga coordenadora Durante o ano letivo

	ensino e aprendizagem. Planejar e organizar espaços e tempos da escola para projetos de recuperação e estudos Elaborar e ou retomar projetos pedagógicos de intervenção na realidade da escola para a melhoria do processo educativo tendo em vista a superação do atraso escolar, da evasão e reprovação escolar. Levantar e informar ao coletivo de profissionais da escola e comunidade os dados do aproveitamento escolar. Planejar em conjunto com o coletivo da escola a intervenção aos problemas levantados em conselho de classe. Coordenar a escolha e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático-pedagógicos. Incentivar e assessorar o professor na seleção de recursos didáticos para o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares. Participar da organização e atualização do acervo de livros e periódicos da biblioteca da escola. Desenvolver processos de gestão colegiada entre os profissionais da equipe pedagógica Orientar, coordenar e incentivar a aplicação da metodologia de Sequências Didáticas.	
Relação entre escola e comunidade	Criar condições para a participação dos profissionais da escola e comunidade na (Re) construção do Projeto Político Pedagógico Programar a proposta curricular da escola de acordo com as políticas educacionais	Durante o ano letivo
Organização do trabalho pedagógico no coletivo	Elaborar o Plano de Ação da Equipe Pedagógica	Fevereiro

da escola.		

2.4.5 Plano de Ação do Pedagogo Orientador

O orientador pedagógico é o profissional responsável pelo acompanhamento do desempenho dos estudantes, deve agir como conector e se encarregar de que os vínculos que nutrem a escola estejam saudáveis e equilibrados, sempre focando no bem-estar de cada aluno, a fim de garantir que seu processo de aprendizado seja o melhor possível.

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Criar laços com todos da comunidade escolar	➢ Organização semana Pedagógica.	**Pedagoga Orientadora Durante o inicio do ano letivo**
Garantir que o processo de aprendizado seja o melhor possível.	➢ Atualização dos registros da vida escolar do aluno. ➢ Acompanhamento da freqüência escolar e atrasos, verificando a necessidade de intervenção (solicitar a presença do responsável, termo de responsabilidade, visita, encaminhamento ao Conselho Tutelar). ➢ Acompanhamento e orientação quanto ao desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, verificando intervenções necessárias, analisando e providenciando relatórios e suas atualizações. ➢ Fazer levantamento das dificuldades ou	**Pedagoga Orientadora Durante o ano letivo**

	necessidades dos alunos, direcionando os encaminhamentos necessários (aprendizagem, médico, etc).	
Trabalhar com as relações entre o corpo estudantil e os demais membros dessa comunidade.	➢ Acompanhamento dos aspectos de socialização, verificando a necessidade de intervenção. ➢ Atendimento aos pais e alunos. ➢ Entrevistas (anamnese).	**Pedagoga Orientadora Durante o ano letivo**
Prevenção, Desenvolvimento e Intervenção	➢ Aplicação do Flúor. ➢ Projeto "MPT" contra o trabalho infantil. ➢ Campanha"Nossa merenda é tudo de bom". ➢ Projeto Paz ➢ Palestra “Saúde Bucal” ➢ Campanha Conjuntivite ➢ Projeto Proerd ➢ Campanha Dengue ➢ Campanha H1N1, COVID ➢ Campanha Piolho ➢ Bullying	**Pedagoga Orientadora Durante o ano letivo**
Formação Continuada	➢ Cursos de Capacitação.	**Pedagoga Orientadora Durante o ano letivo**
Atividades de socialização descontração e informação	➢ – “Cabelo Doido” – “Festa a Fantasia” – “Mostra de talentos” - “Dia do Pet” - “Apresentações em datas comemorativas com participação da comunidade" ➢ Projeto Pais na Escola	**Pedagoga Orientadora Durante o ano letivo**

2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

A Secretaria Escolar é órgão responsável pelos serviços de escrituração, documentação, correspondência e processos referente a vida do estabelecimento de ensino e a vida escolar dos alunos, trabalhando coletivamente com a gestão administrativa e pedagógica da escola.

Para que todo trabalho seja bem realizado, objetivos e alvos alcançados, é necessário um planejamento. Este presente plano de trabalho visa mostrar como serão realizadas as atividades da Secretaria Escolar através de um cronograma mensal que será desenvolvido durante o ano letivo. O plano está com as atividades divididas em 12 meses.

Justificativa

A secretaria escolar é o espelho de uma Escola. Através de seus relatórios, históricos, atestados, enfim, de todos os documentos que expede, o cuidado, a seriedade, a ordem e a eficiência que lá existem. A elaboração deste Plano de Ação justifica-se pela necessidade de manter a organização das atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria Escolar.

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
De acordo com o nosso Regimento Escolar manter a organização das atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria	I - planejar e executar o serviço de escrituração escolar e arquivo; II - conhecer e coligir a legislação do ensino vigente, tais como, Pareceres, Portaria, Resoluções, bem como as relativas à Instituição de Ensino; III - manter atualizados os registros escolares bem como pastas individuais de alunos, professores e funcionários; IV - adotar as providências necessárias ao bom atendimento do público na esfera de sua competência atendendo aos pedidos e informações pertinentes; VI - informar ao final de cada trimestre e do ano	**Equipe de Apoio Administrativa. Durante o ano todo.**

Escolar	letivo, aos pais ou responsáveis os resultados do rendimento escolar, por meio de boletim; VII - participar do processo de matrícula ou rematrícula tomando as providências necessárias para sua efetivação e registro bem como análise dos documentos necessários; VIII - lavrar Atas e elaborar relatórios, na esfera de sua competência bem como escriturar os livros e demais documentos que se refiram às notas e médias dos alunos; IX - atender a tudo que se refira à identidade do aluno, à regularidade de seus estudos, à autenticidade de sua vida escolar; X - preparar, assinar e expedir Histórico Escolar, Transferências, e demais documentos escolares, juntamente com o Diretor Escolar, respeitando o prazo de até 30 dias para a entrega dos documentos; XI- Incluir no LRCO - Livro Registro de Classe Online os professores conforme disciplina ou função designada ; XII- participar da elaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino; XIII - registrar no LRCO - Livro Registro de Classe Online os dias letivos de acordo com o Calendário Escolar e as aulas distribuídas conforme grade; XIV – fiscalizar atentamente e escriturar ou fazer escriturar os Livros da Secretaria Escolar e os demais documentos relativos aos alunos da Instituição de Ensino, resguardando seu sigilo e cuidando de sua autenticidade;	

	XV –manter organizados e atualizados os documentos dos alunos e dos demais documentos de Secretaria, que exijam constante atualização; XVI – elaborar o planejamento das atividades da Secretaria Escolar, atribuindo tarefas aos Auxiliares de Secretaria, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, bem como assegurando o cumprimento de normas e prazos previamente estabelecidos pelo Diretor Escolar; XVII – Despachar toda a correspondência e documentos a serem expedidos, quando necessário, com a assinatura do Diretor Escolar; XVIII – Redigir e subscrever, por ordem do Diretor Escolar, Editais de Chamada para inscrições e/ou matrículas e /ou rematrículas; XIX – Cumprir seu horário de trabalho, de forma a que possa dar assistência a todos os turnos de funcionamento da Instituição de Ensino, buscando promover a integração do trabalho desenvolvido na Secretaria Escolar; XX – Elaborar as folhas de efetividade do pessoal docente, técnico, administrativo e de apoio, encaminhando-as ao Diretor Escolar da Instituição de Ensino, no prazo estipulado; XXI - Zelar pela conservação dos bens existentes na Secretaria Escolar; XXII – Impedir o manuseio por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada do âmbito da Instituição de Ensino, de Pastas Individuais, Livros de Registros e Diários de Classe, salvo quando oficialmente requeridos por órgãos autorizados.	

2.4.7 Plano de Ação Equipe de Apoio Operacional

O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de limpeza, conservação, manutenção, preservação no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção da instituição de ensino.

- Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Limpeza, conservação, manutenção, preservação no âmbito escolar	• zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente; • utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos; • zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção; • auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção; • auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares; • cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; • participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; • coletar lixo de todos os ambientes da instituição de	**Equipe de Apoio Operacional.** **O ano todo.**

	ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias; • manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; • exercer as demais atribuições decorrentes e aquelas que concernem à especificidade de sua função.	

2.4.8 Plano de Ação do Conselho Escolar

A escola procura criar um ambiente participativo e não exclusivamente hierárquico através do Conselho Escolar, levando toda a comunidade escolar a participar ativamente do processo de idealização, planejamento e gestão dos projetos pedagógicos.

Para a criação de um ambiente estimulados para participação ativa por meio do Conselho, algumas ações são necessárias:

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Criar um ambiente de estimúlo para participação ativa por meio do Conselho	• criar uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo; • promover um clima de confiança entre todos colaboradores do processo pedagógico; • valorizar as capacidades e aptidões dos participantes; • associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços; • desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto. • acompanhamento e avaliação do trabalho dos	**Conselho Escolar Durante o ano.**

	docentes; • acompanhamento do cumprimento da grade curricular, distribuindo-se a carga horária de cada disciplina; • acompanhamento do plano de recuperação paralela, elaborado, em comum, com o respectivo Conselho; • acompanhamento do cumprimento do calendário de avaliações; • participação na realização dos conselhos de classe; • acompanhamento do cumprimento dos planos didáticos de todos os professores; • plena integração de todos os especialistas e segmentos da escola	

2.4.9 Plano de Trabalho Docente

A Escola desenvolve um trabalho com base em uma concepção pedagógica que engloba o ensino, a aprendizagem e a pesquisa, por meio de uma abordagem sócio interacionista, que entende a relação do meio social com o sujeito como determinantes para o indivíduo aprender e construir conhecimentos sobre si e a sua realidade. Considerando ainda o diálogo entre os processos de ensino e aprendizagem, as particularidades de cada conteúdo de ensino e a intervenção do professor.

Dessa forma, as práticas pedagógicas são mediadas pelas relações que se estabelecem com professores, alunos e o conhecimento.

As aulas são planejadas de acordo com os princípios, fundamentos e pressupostos do Referencial Curricular e também com base em material didático indicado pela SEMEDI e outro escolhido pelos docentes.

O planejamento é organizado em ciclos quinzenais , respeitando o prazo de entrega indicado>

QUADRO DE ENTREGA ANUAL DE PLANEJAMENTO

1º CICLO - 08/02/2024 a 01/03/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 07/02/2024
2º CICLO - 04/03/2024 a 22/03/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 29/02/2024
3º CICLO - 25/03/2024 a 12/04/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 21/03/2024
4º CICLO - 15/04/2024 a 03/05/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 11/04/2024
5º CICLO - 06/05/2023 a 24/05/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 02/05/2024
6º CICLO - 27/05/2024 a 14/06/2024 - 13 DIAS - ENTREGA 23/05/2024
7º CICLO - 17/06/2024 a 05/07/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 13/06/2024
8º CICLO - 22/07/2024 a 09/08/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 04/07/2024
9º CICLO - 12/08/2024 a 30/08/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 08/08/2024
10º CICLO - 02/09/2024 a 20/09/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 29/08/2024
11º CICLO - 23/09/2024 a 11/10/2024 - 15 DIAS - ENTREGA 19/09/2024
12º CICLO - 15/10/2024 a 01/11/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 10/10/2024
13º CICLO - 04/11/2024 a 22/11/2024 - 14 DIAS - ENTREGA 31/10/2024
14º CICLO - 25/11/2024 a 18/12/2024 - 17 DIAS - ENTREGA 21/11/2023
EDUCAÇÃO INFANTIL - ENTREGA DE PORTFÓLIO/ RELATÓRIO INDIVIDUAL TRIMESTRAL

2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular. O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Possui sala específica para o atendimento, denominada de Sala de Recursos Multifuncionais, e está sob responsabilidade de profissional habilitado e acontece no turno oposto ao regular. A sala de recurso multifuncional caracteriza-se como um setor de apoio da escola para a realização de atividades de natureza pedagógica e é organizada com material didático, recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade.

Os objetivos do Atendimento Educacional Especializado estão devidamente descritos no artigo 3º do Decreto nº 7.611/2011:

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL /PERÍODO
Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade	I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;	**Professor Especializado em Sala de AEE**
Mapear		**Professor**

quais são as necessidades dos alunos; elaborar um planejamento com embasamento no PPP da escola; criar materiais adaptados e acessíveis; obter as ferramentas necessárias, assim como materiais de apoio; orientar os professores do ensino regular e as famílias dos alunos;	I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII– estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.	**do Atendimento Educacional Especializado, descritos no Artigo 13, da nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação**

O AEE tem como público-alvo, conforme a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 :

I - Estudantes com deficiência: física, intelectual, mental ou sensorial;

II - Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III - estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Oferecemos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como apoio à sala de aula comum com profissionais especializados em AEE para atender às demandas da educação inclusiva.

O Atendimento Educacional Especializado tem alguns eixos norteadores com o objetivo de:

- mapear quais são as necessidades dos alunos;
- elaborar um planejamento com embasamento no PPP da escola;
- criar materiais adaptados e acessíveis;
- obter as ferramentas necessárias, assim como materiais de apoio;
- orientar os professores do ensino regular e as famílias dos alunos;

Esses eixos norteiam o professor de AEE, que também é responsável por fazer parcerias dentro da rede para obter ajuda nas necessidades de atendimento em conteúdos sobre os quais ele não tem domínio.

Com esse trabalho colaborativo, ele consegue compartilhar experiências e trocar conhecimentos, que servirão de informação para que ele elabore novas estratégias e recursos para potencializar a aprendizagem dos alunos que atende.

O Plano de Atendimento Educacional Especializado é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas no turno contrário ao da escolarização do aluno. É um documento importante para que a escola e a família acompanhem a trajetória percorrida pelo aluno. Este documento deve ser inicialmente elaborado, a partir das informações contidas no relatório da avaliação psicoeducacional no contexto escolar e revisto continuamente em função do desenvolvimento e aprendizagem do aluno e ainda ser atualizado por semestre. O Plano consiste na descrição das características do desenvolvimento do aluno e proposta de atendimento: objetivos, plano de ação/atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações. A construção desse plano enriquece o planejamento das atividades e propostas, contribuindo para garantir a acessibilidade do estudante na escola. Os diálogos com a família, com os professores da turma e com os setores envolvidos são fundamentais para a efetivação do plano de desenvolvimento individual e a qualidade do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante na escola. Além dos atendimentos, o AEE também recebe alunos sinalizados com dificuldade, para uma investigação pedagógica, onde após um estudo de caso, são encaminhados para uma avaliação multidisciplinar.

2.4.11 Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar

O atendimento pedagógico domiciliar é uma ação educacional que requer planejamento e cuidados para que seja bem sucedido. A prática educacional neste atendimento apresenta algumas características específicas, com mudanças na organização do espaço e do tempo, bem como dos recursos disponíveis.

O público alvo do Atendimento Pedagógico Domiciliar compõe-se por alunos(as) matriculados(as) na rede pública municipal, em idade escolar obrigatória, cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, atestadas por médico, impedem, temporariamente, a frequência ao espaço escola. A família deverá

informar a unidade escolar munido do afastamento atestado pelo médico do(a) aluno(a).

A escola encaminha o atestado/relatório médico informando a natureza do problema e os dias de afastamento à chefia do setor de Orientação Educacional para solicitação de deferimento do atendimento, e demais procedimentos que se fizerem necessários.

Ao final do ano letivo o(a) aluno(a) que esteve nessa condição, não poderá sofrer prejuízos no processo de escolarização por baixa frequência relacionada a este período de atendimento.

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação Teórica

O currículo é de suma importância para organização pedagógica; por meio dele, a escola se organiza e orienta a prática docente. O currículo não se limita a buscar resolver as dificuldades ou problemas de aprendizagem, mas, sobretudo, de ampliar as possibilidades de conhecimento.

Construído entre pares, esse projeto de educação comum exige que os educadores elejam um conjunto de intenções educativas e um conjunto de diretrizes pedagógicas que de modo articulado orientem a organização e o desenvolvimento da prática educativa.

O currículo constitui, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que agimos, o que torna a todos nós, educadores, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

2.5.2 Direitos e Objetivos de Aprendizagem

Por muito tempo a Pedagogia focou o processo de ensinar no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então,

ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano. Hoje se sabe que é necessário ressignificar a unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que um não se realiza sem o outro. Segundo FREIRE (1997): Ensinar inexiste sem aprender e vice – versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar... Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização. Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos professores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos. Para Vygotsky (1995) “a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal”. O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem. Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação

do conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem históricas culturais.

É essencial ter conhecimento do objetivo a ser alcançado, para isso a escola precisa saber qual seu ponto de partida, como por exemplo o Mutirão de Leitura e o IDEB.

- Nesse contexto, existem diversos mecanismos educacionais que, quando executados de maneira eficaz, podem fazer a diferença no ensino. São eles:
- **Plano de Trabalho – Observação e compreensão:** o professor precisa conhecer bem a turma para que consiga elaborar um plano de trabalho com as ações a serem tomadas e os meios para executá-las.
- **Avaliação:** essa é uma das principais formas de verificar o caminho que o aluno está seguindo. Por meio das avaliações, o professor poderá descobrir as reais dificuldades e necessidades dos estudantes, e será capaz de interferir quando necessário.
- **Contextualização:** além de relacionar os assuntos com o cotidiano das crianças, é importante fazer uma relação de conceitos e conteúdos com as disciplinas.

2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

“Por muito tempo a Pedagogia focou o processo de ensinar no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano”. (*Disponível em: http://www.colegios.redemarista.org.br*”. Hoje se sabe que é necessário resignificar a unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que um não se realiza sem o outro. Segundo FREIRE (1997): Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundamental de aprender. Daí a importância de conhecermos e refletirmos sobre

o real significado do ensino e da aprendizagem que não se resumem apenas ao espaço da escola, mas estão presentes em diversos ambientes e situações como: em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia, contato com a natureza e outros ambientes sociais. Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar, analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude indagadora perante tudo o que se relaciona com a educação. Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização. Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos(SEED/PR, 2005). Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, o fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem. Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação

do conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições são algumas das muitas defesas da abordagem histórica cultural.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula

A Escola desenvolve um trabalho com base em uma concepção pedagógica que engloba o ensino, a aprendizagem e a pesquisa, por meio de uma abordagem sócio interacionista, que entende a relação do meio social com o sujeito como determinantes para o indivíduo aprender e construir conhecimentos sobre si e a sua realidade. Considerando ainda o diálogo entre os processos de ensino e aprendizagem, as particularidades de cada conteúdo de ensino e a intervenção do professor.

Para uma gestão de sala de aula eficiente no ensino fundamental, é preciso primeiramente identificar as dificuldades de aprendizagem. Esse é um ponto essencial no sucesso da gestão de sala de aula. Em um mesmo espaço, o professor convive com alunos muito adiantados, com dificuldade de acompanhar o conteúdo e até mesmo com aqueles que não estão dispostos a aprender. Persistir no conteúdo e fazer apenas as adaptações necessárias – relativas à abordagem ou à metodologia. Atividades paralelas para ajudar a corrigir distorções e a manter o bom equilíbrio em sala de aula. Acompanhamento individualizado e ações mais práticas.

Combate à indisciplina que é um dos maiores obstáculos para garantir a boa gestão de sala de aula. Antes de qualquer ação, é necessário um diagnóstico: identificar em que momentos a indisciplina ocorre e quais são suas características. O professor deve ser um mediador de conflitos , **c**orrigir falhas e outros problemas de comunicação entre professor e aluno. A gestão de sala de aula depende da boa interação entre alunos e professores.

Desmotivação dos alunos, descubrir as causas, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, período integral e sala de AEE; se uma atividade não desperta o interesse dos alunos, descubrir como melhorar essa

percepção por parte dos estudantes. A boa gestão de sala de aula requer investigação e aproximação, ou seja, conversar com os estudantes para saber quais são os seus gostos e pontos de vista**.**

O AEE possui sala específica para o seu atendimento, denominada de Sala de Recursos Multifuncionais, e está sob responsabilidade de profissional habilitado e acontece no turno oposto ao regular. A sala de recurso multifuncional caracteriza-se como um setor de apoio da escola para a realização de atividades de natureza pedagógica e é organizada com material didático, recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade.

MANHÃ	**TARDE**
PRÉ-ESCOLAR II "A"	**PRÉ-ESCOLAR I "A" e II “A” "B" e "C"**
1ºA e de 3º ao 5º ANO 1/5	**1ºB e C e 2º e B 1/5**
07:30h às 11:30h	**13:30h às 17:30h**
INTEGRAL	
TURMAS "A", "B" e "C"	
07:30h às 16:30h	

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 Fundamentação Teórica

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional. Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos. Ela também é uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto

em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa Segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo.

Demo valoriza na avaliação os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante.

Luckesi dá à avaliação um maravilhoso conceito, dizendo que é um ato amoroso,no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso “(2005, p. 168). Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

Com base em uma concepção Progressista, Paulo Freire defende uma prática emancipadora de avaliação. Luckesi coloca que a avaliação pode contribuir para a transformação social: “(...) colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social” (2005, p. 28). Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua), entendendo que é a verificação de até que ponto uma prática é caminho para a concretização de uma idéia, de um valor. A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a se reconhecer como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro – responsabilidade individual e social com a justiça e com a liberdade enquanto agente de transformação social. “O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo” (Freire, 2000, p.71).

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem. Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade do aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias. (...) "concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas"- Artigo 24 da LDB.

Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos acontecerá concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o que caracterizaria somente como recuperação da média final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado.

A Escola Municipal em Tempo Integral Presidente Castelo Branco, considerando as orientações da Secretaria Municipal de Educação e a importância da avaliação como um processo que viabiliza a melhoria do ensino e da aprendizagem, apresenta neste documento a sua proposta de sistemática de avaliação, com base no princípio da autonomia pedagógica preconizada pela LDB, visando a uniformidade de procedimentos relacionados a avaliação da aprendizagem, assegurando a eficácia e a qualidade dos resultados educacionais da instituição.

A sistemática aqui proposta respeita as exigências legais e apresenta subsídios pedagógicos e operacionais para efetivação do processo de avaliação de aprendizagem, a fim de propiciar um espaço de rendimento das ações pedagógicas, na qual o docente deve assumir a postura de mediador no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a otimização da aprendizagem e a superação dos desafios que envolvem o fazer pedagógico, ao mesmo tempo em que possibilita o acompanhamento e a verificação de registros relacionados ao desenvolvimento e a melhoria da aprendizagem de cada aluno.

A sistemática de avaliação será processual e contínua, considerando a avaliação diagnóstica, a avaliação de percurso e a avaliação de saída, com base nas diretrizes do Programa Mais Alfabetização, especialmente para os primeiros, segundos e terceiros anos.

Registre-se que a proposta aqui sistematizada consta na Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar, no sentido de respaldar o seu cumprimento legal no

aperfeiçoamento da prática avaliativa docente e do acompanhamento do rendimento acadêmico do aluno.

A sistemática da avaliação da aprendizagem tem como suporte legal, o seguinte marco regulatório:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 206 e 208.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seus artigos 23 e 24.
- Instrução 01/2017 - SUED/SEED
- NOTA Técnica Ano 2013- Estudos de Recuperação – do Conselho Nacional de Educação.

Para atender aos objetivos conceituais, procedimentos e atitudinais do ensino e da aprendizagem estarão consolidados na Proposta Pedagógica da Escola:

a) AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: O conceito de avaliação diagnóstica não recebe uma definição uniforme de todos os especialistas. No entanto pode-se, de maneira geral, entende-la como uma ação avaliativa realizada no início de um processo de aprendizagem, que tem a função de obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vista à organização dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as situações identificadas.

a) AVALIAÇÃO DE PERCURSO: Visa avaliar o quanto os alunos conseguiram evoluir no processo de alfabetização ao longo do ano nas áreas de Língua Portuguesa: leitura e redação e de Matemática, tendo como objetivo primordial identificar as facilidades e dificuldades dos alunos diante dos conteúdos e habilidades trabalhadas.

b) AVALIAÇÃO DE SAÍDA: tendo a função de verificar como a aprendizagem aconteceu de fato, sendo útil para a promoção ou retenção do aluno em cada ano/série cursados, sendo necessário observar os padrões mínimos de aprendizagem. Para isto, é necessário que o professor utilize estratégias e instrumentos que possibilitem o julgamento dos resultados alcançados no decorrer do processo de ensino e aprendizagem a partir de critérios quantitativos.

Embora existam diversas formas de avaliar, comprova-se ainda a predominância da prova como instrumento de avaliação nas escolas, em seus diversos níveis e

modalidades de ensino, o que contribui para enfatizar a concepção de avaliação como produto, em que o aluno estuda para tirar uma nota aprovativa e não para aprender que estejam relacionadas aos objetivos e habilidades previamente definidos com o propósito de subsidiar a prática docente e a aprendizagem do aluno. Respeitando as exigências da BNCC, habilidades e competências terão um foco diferenciado. Afinal, a idéia é desenvolver o estudante em suas mais diversas dimensões, como física, intelectual, cultural e emocional.

Existe um vasto leque de opções de instrumentos e estratégias avaliativas, envolvendo provas objetivas e dissertativas; registros de cumprimento de tarefas; fichas de avaliação; intervenções orais e escritas dos alunos durante as aulas; trabalhos individuais/pares/grupos; tarefas de casa; portfólios; registros áudio/visuais; observação informal; registro de observação; relatórios; projetos; teste de compreensão oral e seminários, dentre outros.

Cabe a escola, junto ao corpo docente, discutir os critérios de definição, elaboração, aplicação dos citados instrumentos bem como a reflexão dos seus resultados. Destaca-se que os resultados obtidos pela aplicação dessas estratégias e instrumentos devem ser analisados e referendados, observando-se os aspectos quantitativos e qualitativos.

Tendo como base a utilização de no mínimo dois instrumentos de avaliação, assegurando tempo para a recuperação de conteúdos e aprendizagem, e no mínimo 01 instrumento de avaliação da recuperação de aprendizagem a cada trimestre. Respeitando ainda as limitações apresentadas pelos alunos que apresentam laudo que garantam a flexibilização, adaptação do trabalho pedagógico e conteúdos formais, bem como aqueles que aguardam avaliação ou estão sob investigação da equipe escolar para os procedimentos devidos. Levando em conta também o benefício para autoestima e bem estar geral do aluno o eventual acompanhamento de sua classe.

Fica estabelecido que os resultados das avaliações trimestrais devam ser registradas e consolidadas a cada trimestre nos documentos oficiais da escola, não ultrapassando o registro de um trimestre o subseqüente, conforme prazo estipulado em cada calendário escolar. Logo, torna-se obrigatório que as notas sejam somadas e extraídas as médias trimestrais para o registro no livro online de

freqüência e na ficha de conselho de classe, ao final do ano letivo e no seu histórico escolar.

Para a média trimestral serão observados os seguintes critérios:

a) Ao aluno que obtiver, no somatório trimestral, um total igual ou superior a 5 (cinco) pontos, será assegurada recuperação de conteúdos e aprendizagem, com base no desenvolvimento da aprendizagem apresentado.

b) O aluno que obtiver um total de pontos igual ou inferior a 4,9 (quatro vírgula nove) fará a recuperação trimestral; com base nos conteúdos exigidos na avaliação trimestral.

c) O aluno que obtiver um total de pontos inferior a 5 (cinco) poderá ser atendido em aulas de apoio escolar no contra turno havendo oferta da instituição.

d) Haverá ponderação em relação a nota da avaliação e nota de recuperação, prevalecendo a de maior resultado. O maior ponto obtido entre cada avaliação e recuperação no trimestre será somado resultando o valor final.

e) Na ocorrência de ausência às avaliações, o aluno ou seu responsável, deverá requerer a 2ª chamada junto à orientação da escola, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das mesmas, em primeira chamada, mediante justificativa da ausência no prazo de avaliação.

Para a aprovação deverão ser observados os seguintes critérios:

a. O aluno que obtiver, no somatório trimestral, um total igual ou superior a 15 (quinze) pontos, será aprovado.

b. O aluno que obtiver um total de pontos igual a 9 (nove) e inferior a 15 (quinze) fará a recuperação final; sem limite de números de componentes curriculares.

c. O aluno que obtiver um total de pontos inferior a 9 (nove) ficará automaticamente retido.

d. A Prova Final envolverá conteúdos e habilidades trabalhos durante os três trimestres letivos, ficando a cargo do professor, os critérios de sua seleção e definição.

e. O total de pontos obtidos nos 03 (três) trimestres será somado à prova final e deverá ser igual ou superior a 15 (quinze) pontos para a aprovação.

f. Será reprovado sem direito à avaliação final o aluno que obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no ano letivo independentemente de apresentar nota suficiente para aprovação.

A recuperação da aprendizagem tem caráter puramente pedagógico, visando a recuperação dos conteúdos e da aprendizagem, constitui-se em processo à disposição de professores e alunos, para garantir a superação de dificuldades encontradas pelo aluno durante o seu percurso escolar e ocorre de forma contínua e paralela, ao longo dos trimestres e conseqüentemente ao longo do ano letivo,

a) Recuperação Trimestral

A recuperação trimestral terá caráter obrigatório e será realizada concomitante ao processo de ensino e aprendizagem, atendendo às necessidades de recuperação de notas dos educandos no decorrer do trimestre, assegurado tempo para recuperação dos conteúdos e aprendizagem.

- **Metodologia de registro da avaliação somativa**
- **MÉDIA TRIMESTRAL E MÉDIA FINAL**

Concluído o registro de notas dos três trimestres, será apurado o **RESULTADO FINAL (RF),** de acordo com os seguintes critérios:

a. A **MÉDIA TRIMESTRAL (MT)** será encontrada somando-se as notas obtidas pelo aluno nas avaliativas desenvolvidas no trimestre, sob orientação do professor, divididas pelo número de atividades que foram realizadas:

$$MT = \frac{\text{Soma das atividades realizadas}}{\text{Total de atividades}}$$

b. O **RESULTADO FINAL (RF)** será encontrado somando-se notas médias dos três trimestres:

$$RF = MT_1 + MT_2 + MT_3$$

c. Se o **RESULTADO FINAL** for maior ou igual a 15 pontos, o aluno será **APROVADO** sem necessidade de fazer a prova final:

d. Se o resultado for menor que 15 pontos, e maior ou igual a 9 pontos, o aluno passará por retenção.

A promoção e a classificação no Ensino Fundamental observará os seguintes critérios:

I – avaliação contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

II - possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;

III – possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

IV - aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

V – oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado à recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de estudantes com déficit de rendimento escolar.

A aceleração de estudos destina-se a estudantes com atraso escolar, àqueles que, por algum motivo, encontra-se em descompasso de idade, por razões como ingresso tardio, retenção, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem ou outras.

A progressão pode ser regular ou parcial, sendo que esta deve preservar a seqüência do currículo e observar as normas do respectivo sistema de ensino, requerendo o redesenho da organização das ações pedagógicas, com previsão de horário de trabalho e espaço de atuação para professor e estudante, com conjunto próprio de recursos didático-pedagógicos.

As escolas que utilizam organização por série podem adotar, no Ensino Fundamental, sem prejuízo da avaliação do processo ensino aprendizagem, diversas formas de progressão, inclusive a de progressão continuada, jamais entendida como promoção automática, o que supõe tratar o conhecimento como processo e vivência que não se harmoniza com a idéia de interrupção, mas sim

de construção, em que o estudante, enquanto sujeito da ação, está em processo contínuo de formação, construindo significados.

Entendemos a Avaliação Institucional como um instrumento de acompanhamento contínuo e permanente dos processos administrativos e pedagógicos, bem como das atividades e da implementação de mudanças definidas estrategicamente. Em semelhança à avaliação da aprendizagem, é compreendida como processo formativo cujos dados e informações gerados, acerca do desenvolvimento dos processos administrativos e de ensino, reorientam a prática dos envolvidos e orientam propostas de mudanças.

A avaliação institucional tem como principal função inventariar, orientar, reforçar e/ou corrigir os aspectos avaliados. Assim, é incorporada à cultura organizacional e integrada à ação de formação profissional, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino. Na medida em que permite identificar problemas, assegura a proposição de soluções mais assertivas, orienta a tomada de decisões e posições que proporcionem mudanças, estabelecendo alternativas de melhorias e ampliações.

Desta forma, percebemos a Avaliação Institucional a partir da perspectiva de transformação da realidade, sendo utilizada com fins e intenções específicas, tendo como foco principal o questionamento sobre a maneira que a instituição efetivamente cumpre sua função social. Para tanto, considera as formas de participação de toda a comunidade escolar, comprometendo-a com um futuro que pode ser transformado, a partir do autoconhecimento da própria realidade.

2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções e infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento.

A avaliação tem a intenção de atingir o objetivo principal da escola, que é garantir que todos os alunos avancem no processo de ensino-aprendizagem, é uma importante ferramenta de monitoramento do aprendizado e grande aliada do ensino. Seu objetivo é investigar o desenvolvimento integral do aluno , mostrando sempre a necessidade de intervir no processo de aprendizagem.

Nesse processo, o professor assume o papel de avaliador e passa a agir como um pesquisador da aprendizagem do aluno, necessitando ter compreensão de seu objeto de avaliação, com acompanhamento e supervisão do coordenador de escola. Dessa forma a avaliação assume um caráter contínuo para que se possa investigar todo o processo de construção do conhecimento, realizando investimentos para que o resultado seja satisfatório, sendo indissociável do processo constituído pelo ensino e pela aprendizagem - A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno - (Disponível em: https//:www.diaadiaeducacao.pr.gov.br.)

Portanto, a avaliação da aprendizagem por se constituir uma ferramenta pedagógica importante no cotidiano do Ensino Fundamental e Educação Infantil, é adotada por esta Instituição de forma contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Dar-se-á relevância a atividade crítica, a capacidade de síntese e a elaboração pessoal, sobre a memorização. A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político- Pedagógico da Escola. É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular da instituição de ensino. A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Em relação a Educação Infantil, não se trata de um diagnóstico de capacidades, a avaliação respeita a singularidade e individualidade de cada criança primando pelo objetivo Fundamental da Educação Infantil garantir que é o desenvolvimento Integral da criança.

A avaliação na educação infantil não é utilizada como instrumento de retenção das crianças, mas deve-se observar constantemente de maneira crítica o seu envolvimento e desenvolvimento nas atividades promovidas pelo professor no que

diz respeito às brincadeiras e as interações ocorridas no cotidiano, em seu processo de ensino-aprendizagem. Disponível em:https://blog.maxieduca.com.br. A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do professor que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historiando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas. De acordo com o artigo 10, inciso I, das DCNEI, “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” é fundamental nesse processo. Observação é um processo-chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes. São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo, por isso, constitutivo da ação educativa. O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar”: os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar-se disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos. Portanto, a avaliação acompanha o processo educativo, pode ocorrer a todo o momento e em todas as situações; tem um caráter processual e não classificatório.

Cada criança deve ter o seu próprio portfólio e o educador antecipadamente, definir quais serão as atividades que irão compor o portfólio. Segue as indicações para elaboração: O CMEI deve estabelecer uma política para o portfólio; Coletar amostras de atividades; Tirar fotografias; Fazer entrevistas; Efetuar registros sistemáticos; Realizar registros de casos; Preparar relatórios narrativos; Usar portfólios em situações de transição. Tanto os relatórios de encontros e reuniões quanto cadernos de atividades e portfolio devem estar acessíveis a família, inclusive o portfólio finalizado. Cabendo a equipe pedagógica a organização de um momento pedagógico para apresentação e entrega desse documento. Desse modo, eles terão uma noção precisa do seu desempenho, de quais são os seus pontos fortes e onde precisam melhorar.

Outro fator importante na trajetória escolar da criança é a transição para o Ensino Fundamental. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a transição para o Ensino Fundamental requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/43537068/base-nacional-comumcurricular/14

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. Para isso, as informações contidas em parecer e portfólios, ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança do Ensino Fundamental. Conversas, visitas e troca de materiais e relatórios entre os profissionais dos CMEIs e Escolas também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os

educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a serem explorados em todo o segmento da Educação Infantil e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao mesmo.

2.6.3 Análise de Avanços e Dificuldades Pedagógicas

Para Furtado (2007), quando a aprendizagem não se desenvolve conforme o esperado para a criança, para os pais e para a escola ocorre a "dificuldade de aprendizagem".

Para que seja identificada uma dificuldade de aprendizagem é preciso uma avaliação, e a partir dos resultados obtidos, deve ser planejada a aplicação de um programa de intervenção pedagógica. Problemas de aprendizagem precisam ser identificados e trabalhados, o profissional deve conhecer o conjunto das variáveis e a origem do problema para que possa trabalhar de forma específica e tentar resolver.

Diante das respostas obtidas é possível perceber o fracasso escolar e os problemas no processo de aprendizagem que refletem em todo o ciclo de alfabetização. Os resultados das avaliações são visualizados e discutidos, comparando dados de sua evolução, a avaliação diagnósticae uma ferramenta importante nesse processo, bem como os dados disponíveis no formulário de pré conselho, onde podemos visualizar também informações sobre comportamento e assiduidade, servindo de importante indicador da escola e de base para possíveis intervenções.

2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na EducaçãoInfantil.

Assim como outras práticas da educação, a avaliação na Educação Infantil também passa por diversos processos e deve ser realizada constantemente com os alunos, além de apontar como a criança está se desenvolvendo, ela serve para examinar as falhas que ocorrem no aprendizado e o que pode ser feito para corrigi-las.

Esse é um processo que deve ser contínuo, a fim de garantir a real efetividade da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos. Nesse sentido, é preciso compreender a dinamicidade do contexto infantil para estabelecer uma interação de qualidade entre os professores e os alunos. Isso é importante porque o conhecimento infantil é construído em um movimento constante em que os professores devem assumir o papel de mediadores.

Portanto, ao organizar o portfólio de cada criança, não basta apenas coletar os trabalhos como instrumento burocrático. É fundamental que ele apresente avanços, mudanças conceituais, novas formas de pensar, fazer e se expressar desenvolvidas pelo aluno.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe algumas mudanças para toda a educação, inclusive a Infantil, impactando a maneira como as crianças são avaliadas. Nesse contexto, entre as diretrizes da BNCC, estão a definição de seis direitos de aprendizagem, que são:

conviver: com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;

brincar: cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;

participar: ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos

materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

explorar: movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;

expressar: como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;

conhecer-se: e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Desse modo, seguindo essas diretrizes, a avaliação na Educação Infantil deve contemplar a evolução individual dos pequenos ao longo de todo o período, de modo a identificar se os direitos estão sendo garantidos. A Avaliação é feita através da observação, individual e coletiva, registros do que acontece em sala de aula, podem ser escritos, fotográficos e filmagens. Esses documentos servirão de base para que a escola planeje os momentos de formação e para que os docentes repensem suas práticas pedagógicas.

O parecer descritivo trimestral é elaboarado seguindo as seguintes diretrizes: Passo 1: Identificação do Aluno - No início do relatório, é vital fornecer todos os dados essenciais para identificar o aluno. Essa seção deve incluir: Nome completo; Nome da escola; Série e turma; Turno; Nome da professora e/ou coordenadora. Passo 2: Introdução Clara e Direta - Na introdução é mencionado as atividades desenvolvidas e explicite as abordagens e objetivos. Além disso, mostre clara-semente como a BNCC está integrada ao projeto pedagógico, realçando como as competências são cultivadas por meio de brincadeiras e interações. Passo 3: Descrição Individual do Aluno - O relatório não se limita a descrever apenas as atividades realizadas. Ele contempla o desenvolvimento individual da criança no âmbito do projeto pedagógico. Destaca as qualidades e progressos do aluno, para depois abordar eventuais áreas de melhoria. Passo 4: Detalhamento do Desenvolvimento - Esta etapa é destinada ao desenvolvimento

completo do relatório. É explicado minuciosamente o comportamento do aluno durante as atividades, sua interação com colegas, adaptação e outros aspectos relevantes. Importante ressaltar que esse é o ponto que se alinha as observações às competências da BNCC. Passo 5: Conclusão Sucinta e Clara - A conclusão reflete o propósito do relatório: um acompanhamento atento do desenvolvimento da criança. Se avalia se os objetivos foram alcançados. Caso o aluno não esteja pronto para progredir, isso precisa ser comunicado de forma direta e franca à família.

2.6.5 Avaliação Institucional

Entendemos a Avaliação Institucional como um instrumento de acompanhamento contínuo e permanente dos processos administrativos e pedagógicos, bem como das atividades e da implementação de mudanças definidas estrategicamente. Em semelhança à avaliação da aprendizagem, é compreendida como processo formativo cujos dados e informações gerados, acerca do desenvolvimento dos processos administrativos e de ensino, reorientam a prática dos envolvidos e orientam propostas de mudanças.

A avaliação institucional tem como principal função inventariar, orientar, reforçar e/ou corrigir os aspectos avaliados. Assim, é incorporada à cultura organizacional e integrada à ação de formação profissional, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino. Na medida em que permite identificar problemas, assegura a proposição de soluções mais assertivas, orienta a tomada de decisões e posições que proporcionem mudanças, estabelecendo alternativas de melhorias e ampliações.

Desta forma, percebemos a Avaliação Institucional a partir da perspectiva de transformação da realidade, sendo utilizada com fins e intenções específicas, tendo como foco principal o questionamento sobre a maneira que a instituição efetivamente cumpre sua função social. Para tanto, considera as formas de participação de toda a comunidade escolar, comprometendo-a com um futuro que pode ser transformado, a partir do autoconhecimento da própria realidade.

2.6.6 Recuperação Paralela de Estudos

Disponibilizamos um conjunto de ações visando contribuir com as crianças na melhoria do desempenho por meio de atividades didático-pedagógicas que propiciem a diminuição das situações de riscos de repetências.

Sempre que possível propiciar atendimentos mais individualizados, mesmo em classe comum, buscando identificar a necessidade específica do discente para, em seguida, oferecer uma abordagem personalizada.

Trabalhamos com o projeto de apoio escolar para os alunos que precisam de auxílio para melhorar seu desempenho acadêmico, identificando de forma mais específica suas dificuldades e superar defasagens. Esse Projeto teve início em 2002 e tem ajudado a traçar uma ação pedagógica cada vez mais direcionada para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com as seguintes estratégias Didáticas:

- Sondagem em sala de aula feita pelo professor da sala de apoio, verificando habilidades nas disciplinas de português e matemática. Para tanto, o uso de fichas de diagnóstico de leitura e de nível de letramento matemático são utilizados.
- Confronto dos dados coletados com o professor regente de cada turma e repasse dos resultados para a equipe pedagógica, traçando em conjunto uma relação de alunos e suas dificuldades.
- O professor regente deverá preencher uma ficha para encaminhamento para apoio pedagógico (anexo) relatando de forma mais específica possível os motivos de encaminhamento do aluno, os componentes curriculares e suas respectivas habilidades que deverão ser trabalhados.
- Construir uma grade de horário específica para atendimento dos grupos, que não devem ultrapassar 8 alunos, incluindo horário para estudo e planejamento do professor. Esses grupos serão distribuídos conforme suas dificuldades para apoio escolar duas vezes por semanas, de preferência em dias corridos.
- O professor atuará seguindo planejamento prévio, que deve manter-se flexível em todo o período que for trabalhado com os alunos.

- Reunir os familiares dos alunos que serão incluídos no programa, para que tomem ciência de suas dificuldades, da oferta do apoio escolar dentro do Projeto e sua proposta, autorizem o ingresso do aluno se responsabilizando pelo acompanhamento e rotina em casa, bem como garantindo sua assiduidade no ensino regular e no apoio pedagógico.
- Os responsáveis devem assinar a ficha de Encaminhamento Pedagógico onde o professor regente relata a dificuldade específica do aluno e assinar o Termo de Acompanhamento Escolar (anexo).
- Assim que iniciar o atendimento, o professor fará registro do trabalho com o aluno e sua evolução em fichas de acompanhamento individuais (anexo), além de manter todo o material a ser utilizado organizado de forma individual, preservando-os como documentos que são, garantindo o acesso, sempre que necessário, para que juntamente com a equipe pedagógica se retome estratégias até que se obtenha o fim maior de domínio de conteúdos pelo aluno.

2.6.7 Avaliação Externa

Além de permitir verificar o cumprimento do direito à aprendizagem, as avaliações externas possibilitam às secretarias e escolas traçar um diagnóstico de suas redes e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetando o desempenho dos estudantes.

Enquanto Escola é mais uma ferramenta para nos ajudar a avaliar as práticas pedagógicas da escola e, ao mesmo tempo, o aprendizado dos alunos. E isso nos possibilita buscar estratégias para aprimorar o processo de ensino e

aprendizagem.

Com relação às avaliações externas, temos o seguinte cronograma:

PROGRAMA	AVALIAÇÃO	TURMAS	DATA
Prova Paraná	Fluência (entrada)	2º ano	12/03 a 22/03
Prova Paraná	Fluência (saída)	2º ano	18/11 a 29/11
Prova Paraná	Diagnóstica (1ª edição)	5º ano	24/04 e 25/04
Prova Paraná	Diagnóstica (2ª edição)	5º ano	28/08 e 29/08
Prova Paraná	Diagnóstica (3ª edição)	5º ano	27/11 e 28/11
Prova Paraná Mais	Edição Única	2º e 5º ano	15/10 a 12/11
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Inicial Língua Portuguesa (fluência) Matemática	3º e 4º ano	Até 05/04
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Intermediária L.P. (escrita, fluência e leitura) Matemática	3º e 4º ano	Junho*
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Final L.P. (escrita, fluência e leitura) Matemática	3º e 4º ano	Outubro*
Indica	Língua Portuguesa	2º, 3º, 4º e 5º ano	03/04
Indica	Matemática	2º, 3º, 4º e 5º ano	04/04

*Aguardando a definição das datas.

2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

O Conselho de Classe é organizado em três momentos: Pré-conselho: levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos conselheiros (professores) para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

Conselho de Classe: momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.
Pós-conselho: momento e que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.
As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.
Cabendo à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

É na inclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. (FREIRE, Paulo- 1996)
Percebe-se na escola uma grande preocupação com a formação inicial e continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, pois se sabe que as mudanças de concepções e métodos educacionais são constantes e é absolutamente inquestionável o fato de que os profissionais precisam estar constantemente atualizando-se.
Salientamos a palavra profissional, pois hoje se reconhece que a educação não acontece apenas no espaço da sala de aula e, educador não é apenas o professor, mas todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional. Justificando-se no fato de que o ser humano aprende através da interação com o outro em todos os momentos ou situações que estiver

presente. Diante disso, nós educadores sentimos a necessidade de buscar o saber, de novas metodologias de ensino e aprendizagem, de trocas de experiências com professores da mesma área e também de outras áreas.

2.7.2 Formação Continuada presencial ofertada pela mantenedora

Formação continuada de professores é um meio de garantir uma educação de qualidade. Ela serve para que o corpo docente esteja sempre atualizado e atenda às demandas de aprendizagem dos estudantes. O conceito de formação de professores continuada surgiu no Brasil em 1996, com a implementação da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esse dispositivo legal dá aos professores o direito de ampliar a sua atuação a partir de cursos de atualização, desde a pré-escola até o ensino superior.

Aprender novas habilidades faz parte da busca por entregar um ensino de qualidade e garantir o aprendizado dos alunos. Formações ofertadas pela mantenedora acontecem através de cursos de formação, capacitações, oficinas, programas de qualificação profissional, entre outras abordagens, para profissionais que atuam em todos os segmentos da educação.

2.7.3 Formação Continuada na Instituição conforme a Instrução da Hora atividade disponível no link: https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf

Esta instituição, conhecedora dos anseios dos profissionais que aqui atuam e preocupada em ter um corpo docente plenamente capacitado e atualizado, é consciente que a capacitação deve ser constante. Por isso propõe como um momento de encontro e troca de experiências as Reuniões Pedagógicas, previstas em calendário escolar, podendo ainda ser realizadas nessas reuniões palestras e debates, com temas a serem definidos previamente pelos próprios

professores e funcionários. Se a formação prévia adequada é imprescindível à competência profissional daqueles que atuam na educação, a formação continuada é essencial para o seu crescimento constante como profissionais, como cidadãos e como pessoas. Assim, a formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação aos quais é assegurado “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho” seguindo assim o que é determinado na LDB em seu Artigo 67, inciso IV.

2.7.4 Formação Continuada em Espaços Pedagógicos externos à Instituição

Um esforço contínuo de profissionalização que pode acontecer dentro da escola ou fora dela. Ou seja, estamos falando tanto de cursos de pós-graduação quanto de eventos, grupos de estudo, palestras e outras iniciativas que possam desenvolver seus potenciais.

Os sistemas de ensino público, são obrigados a organizar espaços e encontros de formação continuada — sejam realizados pela própria equipe de política educacional ou em parceria com faculdades e palestrantes.

2.7.5 Formação continuada em Plataformas virtuais, institucionais e externas

Atentos ao permanente desenvolvimento dos educadores, a oferta de cursos para a formação continuada de profissionais da educação básica por plataformas virtuais tem sido uma opção para atualização desses profissionais, com horários flexíveis, são uma alternativa para se manter atualizado.

Os cursos são abertos à participação de professores, especialistas e gestores educacionais e têm formações voltadas para cada tipo de atuação desses profissionais e de cada carreira. O tempo de curso pode variar de acordo com os conteúdos, são disponibilizados em uma carga horária mais reduzida e que pode

ser cumprida ao longo das atividades extraclasses do professor. Apoiando, assim, o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do estudante.

3 MATRIZ CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR 2024 - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : CASTELO BRANCO, E M TEMPO INT PRES-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO (4035) (4035)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2352986

Organização : 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano

Carga Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S

8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

MATRIZ CURRICULAR 2024 - PARTE DIVERSIFICADA - INTEGRAL 1º AO 5º ANO - CONTRATURNO

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : CASTELO BRANCO, E M TEMPO INT PRES-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : Programas de atividades complementares Cur. em contraturno (3005) (3005)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2456355

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
7	LIBRAS (8137)	BNC	0			S
8	LINGUAGENS (3980)	BNC	0			S
3	MC.APROFUNDAMENTO DA APRENDIZ. (517)	BNC	0			S
4	MC.CULTURA E ARTE (519)	BNC	0			S
5	MC.MEIO AMBIENTE (522)	BNC	0			S
6	MC.PROMOCAO DA SAUDE (524)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

MATRIZ CURRICULAR 2024 - ENSINO INFANTIAL 4 E 5 ANOS

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : CASTELO BRANCO, E M TEMPO INT PRES-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : EDUC INFANTIL 4 e 5 (2001) (2001)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2348611

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	CAMPOS DE EXPERIENCIAS (1224)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

MATRIZ CURRICULAR 2024 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : CASTELO BRANCO, E M TEMPO INT PRES-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : SALA DE REC-MULTIFUNC.SERIES INICIAIS (6415) (6415)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2429613

Turno : Manhã
Código Matriz : 2429657

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do	O (*)

					Grupo	
1	AT ED ESP INTELECTUAL-AI (6228)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela intituições, a luz dos artigos 26,27,28 da LDBEN.

* segundo BNCC e CREP,devem ser trabalhados durante todo o ano letivo, não se restringindo a apenas um trimestre. Vale ainda ressaltar que, o esforço para uma aprendizagem significativa envolve gestor escolar, pedagogos, professores, aluno, família, secretaria de educação e a sociedade.

4. PROPOSTA CURRICULAR

Educação Infantil

paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf

Ensino Fundamental

https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf

Educação Especial

https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf

REFERÊNCIAS

ALTINO, J. M.F.(Org). Criança pede respeito: ação educativa na creche e Pré Escola. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.

____. **LEI Nº 8069.** Edição Comemorativa2010: Estatuto da Criança e do

Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação**.** Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.

____. **LEI Nº 9394.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

____.Ministério da Educação.Diário Oficial da União, **Resolução Nº 5. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

CAMPOS, Rebeca Ramos. **Professores Principiantes da Educação Infantil**. Appris: Curitiba, 2016.

FLEURY, L. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza.** Rio de Janeiro, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política** Tradução: José Fernando Campos Fortes. 3°ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MORO, Catarina; SOUZA Gizele. **Avaliação e educação infantil**. In: Currículo e linguagem na educação infantil / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília : MEC /SEB, 2016.

MOYLES, Janet R. **O papel do brincar na educação infantil.** Porto alegra: Artmed, 2002.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direirtos e orientações.** 2018.

POZAS, Denise. **Criança que brinca mais aprende mais:** a importância da atividasde lúdica para oodesenvolviemnto cognitivo. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2011.

SARMENTO, S. J. **Sociologia da Infância**: correntes e confluências. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/simposios/sociologiainfancia/T1%20Sociologia%20da%20Inf%E2ncia%20Correntes%20e%20Conflu%EAncias.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

TIRIBA, L. Crianças, Natureza e Educação Infantil. In: **Desemparedamento da**

infância: a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro, 2018.

VYGOTSKY. Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, Henri. **Origens do pensamento da criança.** São Paulo:Manole, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORTELLA, M. S. A contribuição da educação não-formal para a construção da cidadania. In: VON SIMSON. O. R. M. (Org.). Visões singulares, conversas plurais. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007. p.43-49.

COSTA, O. M. S; BARRETO, S.M.C. Avaliação escolar e sua significação no processo educativo na primeira fase do ensino fundamental. Cadernos ANPAE, v. 18, p. 1-15, 2014.

FAGUNDES, L. C; ROSA, M. B. Conteúdos, conceituais, procedimentais e atitudinais em tempos de web currículo. Revista e-Curriculum, São Paulo, n.12 v.02 mai/out. 2014.

GOHN, M.G.M. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
KRASILCHIK, M. Prática de ensino de Biologia. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Brasil, Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília. 2004.

MARANDINO, M. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

MELO-FILHO, L. E. A função dos jardins atuais. Rio de janeiro, jul-dez, 1985.
OLIVEIRA, R. I.R; GASTAL, M.L.A; Educação formal fora da sala de aula – olhares sobre o ensino de ciências utilizando espaços não-formais. In: Encontro

Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 7. 2009, Florianópolis. Anais...Florianópolis: 2009. p. 01-11.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < . Acesso em: 06 de junho de 2018. _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999. Disponível em: . Acesso em: 06 de junho de 2018._____.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: . Acesso em: 06 de junho de 2018._.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica Nacional. 2010a. Disponível em: <www. portal.mec.gov.br/index.php?...diretrizes...educacao-basica>. Acesso em: Acesso em: 06 de junho de 2018._____.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. 2010b. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em: . Acesso em: 06 de junho de 2018.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). Os alemães no sul do Brasil. Canoas: Ulbra, 1994. p. 149- 161. IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Textos orientadores para a educação evangélico-luterana. Rede Sinodal. São Leopoldo-RS: Editora Sinodal, 2005. PPP - Projeto Político-Pedagógico. Blumenau: Escola Barão do Rio Branco, 2001.

WIEDERKEHR, Alessandra Helena. A escola de origem alemã: gênese e dinâmica do processo de escolarização dos teuto-brasileiros em Blumenau, SC

(de 1850 a 1938). Curitiba, 2012. 280 f. (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

ARROYO, M. Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: Diniz-Pereira, J. E. e Leão, G. Quando a diversidade interroga a formação docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. ARROYO, M. Currículo, território em disputa. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS. Juventude e Contemporaneidade. Brasília, 2007. DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Paraná, 2008.

GOMES, Nilma L.. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A. R..Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. MEC.

Programa Ética e Cidadania. Construindo valores na escola e na sociedade: protagonismo juvenil. Organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_17312/artigo_sobre_concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil--a-construcao-de-um-novo-perfil-para-o-professor-de-educacao-infantil

https://aprendendopormeiodaludicidade.blogspot.com/2015/02/concepcao-de-infancia-e-educacao.html

https://www.webartigos.com/artigos/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-a-construcao-de-um-novo-perfil/21322

https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/provas/cespe-2003-banco-do-brasil-escriturario/questões

https://brainly.com.br/tarefa/19122387
ps://educacaointegral.org.br/reportagens/10-materiais-auxiliam-processo-de-implementacao-da-educacao-integral
https://manualzz.com/doc/5975088/projeto-pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gico---col%C3%A9gio-estadual-carolina-l...

http://www.pinhaisleocadia.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/2/1932/141/arquivos/File/PPP.pdf

https://escoladariobordin.blogspot.com/p/documentos.html

https://pt.scribd.com/document/390687196/cadernopedagogicoeducacaoinfantil1semestre-1

http://escola-raimunda-leao.webnode.com/news/projeto-politico-pedagogico

https://colegios.redemarista.org.br/rosario/sobre/infraestrutura/nossos-espacos

https://www.academia.edu/9565069/Escola_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_B%C3%A1sica_Carlos_Fries_759000511600

http://doczz.com.br/doc/373939/1.-apresenta%C3%A7%C3%A3o-o-projeto-pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gico-al%C3%A9m-de-ser-o
http://www.proae.ufu.br/servicos/apoio-pedagogico

https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/as-dificuldades-ensino-aprendizagem-no-ensino-fundamental-i.htm

https://www.passeidireto.com/arquivo/36529410/as-dificuldades-do-ensino-e-aprendizagem-no-ensino-fundamental-i-brasil-escola/4

https://www.soufuturo.com.br/espacos-verdes-nas-escolas/

https://www.curitiba.pr.leg.br/servicos-internos/plano-de-atendimento-a-emergncia_final

http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2013-pdf/12331-direitoshumanos-pdf

https://www.educamundo.com.br/blog/educacao-direitos-humanos-pratica-escolar

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_unioeste_ednamazoversori.pdf

https://buscaativaescolar.org.br/

https://www.arvore.com.br/blog/recomposicao-da-aprendizagem

https://blog.etapapublico.com.br/dicas-para-fazer-a-recomposicao-de-aprendizagem/

https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/planejamento-principal-ferramenta-educativa.htm

https://cipave.rs.gov.br/como-enfrentar-a-violencia-escolar

https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/O-uso-do-ECA-no-combate-ao-Bullying

file:///C:/Users/Pedagoga/Downloads/ARTIGO_2[1].pdf

https://blog.portabilis.com.br/qual-a-melhor-forma-de-fazer-os-registros-de-ocorrencias-disciplinares-na-escola/

https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/como-as-avaliacoes-externas-contribuem-para-o-desenvolvimento-do-aluno

https://www.blog.institutoine.com.br/planejamento-aee-de-acordo-com-a-bncc-conheca-as-metodologias-de-atendimento-educacional-especializado/

https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/images/redes/2019_Anexos/Rede_147_-_Anexo_-_Atendimento_Pedag%C3%B3gico_Domiciliar_-_Orienta%C3%A7%C3%B5es_Gerais.pdf

https://escolasexponenciais.com.br/inovacao-e-gestao/sala-de-aula-infantil-saiba-como-organizar/

https://educacao.imaginie.com.br/avaliacao-na-educacao-infantil/

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15

https://tutormundi.com/blog/importancia-da-formacao-continuada-para-os-professores/

https://sremetropa.educacao.mg.gov.br/home/noticias/580-formacao-continuada-para-educadores-2023

https://blog.saraivaeducacao.com.br/relacao-entre-professor-e-aluno/

ANEXOS

I - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Entendemos a Avaliação Institucional como um instrumento de acompanhamento contínuo e permanente dos processos administrativos e pedagógicos, bem como das atividades e da implementação de mudanças definidas estrategicamente. Em semelhança à avaliação da aprendizagem, é compreendida como processo formativo cujos dados e informações gerados, acerca do desenvolvimento dos processos administrativos e de ensino, reorientam a prática dos envolvidos e orientam propostas de mudanças.

A avaliação institucional tem como principal função inventariar, orientar, reforçar e/ou corrigir os aspectos avaliados. Assim, é incorporada à cultura organizacional e integrada à ação de formação profissional, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino. Na medida em que permite identificar problemas, assegura a proposição de soluções mais assertivas, orienta a tomada de decisões e posições que proporcionem mudanças, estabelecendo alternativas de melhorias e ampliações.

Desta forma, percebemos a Avaliação Institucional a partir da perspectiva de transformação da realidade, sendo utilizada com fins e intenções específicas, tendo como foco principal o questionamento sobre a maneira que a instituição efetivamente cumpre sua função social. Para tanto, considera as formas de participação de toda a comunidade escolar, comprometendo-a com um futuro que pode ser transformado, a partir do autoconhecimento da própria realidade, feitas em diversas oportunidades de reunião, onde o diálogo e a escuta são priorizados.

II INSTRUMENTO DE PESQUISA REALIZADA PARA CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Questionário sócio economico que é preenchido e atualizado durante a rematrícula do aluno.

III - PARECERES DESCRITIVOS (EDUCAÇÃO INFANTIL)

Relatório de Desenvolvimento Individual - Educação Infantil MODELOS DE RELATÓRIO PARA SEGUIR:

Nome da Criança: XXXXX **Escola:** XXXXX
Turma: XXXXX **Professora:** XXX

É com grande satisfação que compartilho com vocês o progresso notável do(a) aluno(a) XXXXX no decorrer deste período. Acompanhando de perto sua jornada, posso afirmar que ele(a) tem demonstrado um desenvolvimento cognitivo e interpessoal admirável, revelando entusiasmo genuíno por novos aprendizados e experiências.

O(a) aluno(a) tem expandido consideravelmente seu vocabulário e apresenta uma comunicação cada vez mais eficaz com seus colegas. Através de atividades lúdicas, como dramatizações com fantoches e exploração criativa com massinha de modelar, fomentamos o desenvolvimento de competências relacionadas ao corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; habilidades de escuta, fala, pensamento e imaginação; compreensão de espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; bem como a construção de sua identidade e sua interação com os outros.

O domínio sobre seu corpo e movimentos tem evoluído notavelmente, revelando maior equilíbrio e controle motor. Além disso, observamos avanços significativos em sua capacidade de interpretar imagens, reconhecendo formas, cores e sons. É notável seu envolvimento durante momentos de leitura de histórias e textos diversos.

Demonstra habilidades criativas ao inventar brincadeiras e se engajar nas interações com os colegas, muitas vezes incorporando personagens de suas histórias favoritas. Sua agilidade e estratégia durante as brincadeiras são evidentes, destacando-se também por seu entusiasmo pelo futebol e seu talento nas brincadeiras que envolvem bola.

O(a) aluno(a) tem se mostrado cada vez mais participativo, demonstrando interesse em atividades pedagógicas e colaborando ativamente com seus colegas. Durante o projeto desenvolvido no dia X, com foco no tema Y, ele(a) se destacou por sua dedicação em auxiliar seus colegas e se envolver nas brincadeiras e tarefas propostas. Seu caráter participativo e afetivo o torna uma figura querida entre os demais estudantes.

Com um comportamento tranquilo e obediente, o(a) aluno(a) raramente se envolve em conflitos, aderindo de maneira responsável às regras estabelecidas. Sua atenção à organização dos brinquedos e seu interesse em participar da hora da história e das atividades em sala são exemplos de sua postura positiva.

Expressa-se com clareza, compartilhando histórias sobre sua família, rotina e vivências pessoais, enriquecendo o ambiente de aprendizado. Demonstra competência ao identificar todas as vogais e letras de seu nome, além de dominar a contagem de 1 a 10 com facilidade. Seu domínio dos conteúdos trabalhados em sala é notório.

No entanto, é importante mencionar que estamos observando um aumento nas conversas durante as aulas, o que às vezes interfere em seu foco. Portanto, planejamos explorar estratégias para mitigar esse comportamento, pois acreditamos que isso beneficiará ainda mais sua aprendizagem. Vale ressaltar que o(a) aluno(a) tem evidenciado uma notável capacidade de assimilação e dedicação, como demonstrado pelo cumprimento satisfatório das tarefas propostas.

Diante disso, acredito firmemente que o(a) aluno(a) XXXXX está plenamente preparado(a) para avançar para o próximo semestre, continuando sua jornada de crescimento saudável e alegre. Estou animada com o que o futuro reserva para ele(a) e ansiosa para continuar acompanhando seu progresso.

Cordialmente,
[Seu Nome] Professora de Educação Infantil

IV - Plano de Atendimento Educacional Especializado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PARECER DESCRITIVO SEMESTRAL - 2024 PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Instituição:	
Estudante:	
Docente:	
Turma/Turno:	**Data:**
Docente da SRM/AEE:	

A-Em relação às Áreas do Desenvolvimento (Cognitiva, Socioafetiva-Emocional e Motora) e recomendações necessárias:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

B–Em relação às Áreas do Conhecimento (Linguagem Oral e Escrita e Cálculos Matemáticos) e recomendações necessárias:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Assinatura do Responsável(PAIS):_____

Assinatura do Pedagogo(a):_____

Assinatura do Diretor(a): _____

Assinatura do Docente(SRM/AEE):_____

V- PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Ação	**Data / Período**
Formação continuada dos Profissionais da Escola	Durante o ano letivo

Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e reflexão do processo de ensino e aprendizagem	Durante o ano letivo

Elaborar o Projeto de formação continuada dos profissionais da escola para o aprimoramento teórico metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas	Durante o ano letivo
Desenvolver processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica.	Durante o ano letivo
Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola	Durante o ano letivo
Coordenar grupos de estudo	Durante o ano letivo

VI - PLANO DE AÇÃO

- Envolver a comunidade escolar e achegar as famílias com a instituição;
- Guiar a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP;
- Construir situações para a qualificação continuada dos docentes e demais agentes da instituição escolar;
- Organizar eventos escolares;
- Analisar e acompanhar o desenvolvimento do corpo discente.

Prezar pela Cultura Organizacional

- Promover maior entrosamento entre os professores, pais e alunos;
- Possibilitar uma formação social, afetiva e plena;
- Visar a organização não apenas dos alunos, mas da escola como um todo.

Colocar a BNCC em prática

- Definir objetivos escolares;
- Tornar a escola mais inclusiva e democrática.

Valorizar a Equipe Escolar

Coordenar o Projeto Político Pedagógico (PPP)

- Promover a autonomia na gestão administrativa e pedagógica, por meio de ações que se adequem à realidade da Instituição, respeitando a diversidade cultural, social e religiosa, além de considerar as especificidades da Escola;
- Respeitar as diretrizes e leis;
- Garantir junto a comunidade escolar a transparência e a democracia na tomada de decisões;
- Elevar e manter o índice de aprovação dos alunos;
- Reduzir os índices de retenção;
- Melhorar os índices em avaliações externas.

Gerenciar os recursos com eficiência

- Economizar em recursos físicos, de modo a tornar a escola mais eficiente;
- Oferecer ferramentas tecnológicas que contribuam para a atuação dos professores.

Ter proatividade

Promover a parceria entre a escola, famílias e comunidade

Promover o respeito e a empatia

Incentivar um ambiente baseado em valores

VII - PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS (ERER)

Procuramos desenvolver discussões e reflexão sobre as relações étnico-raciais dentro da Escola, por meio da atuação do professor, tendo como base a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial,e a Lei nº 11.645/08, que no seu artigo 26-A estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentosde Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados. O professor, com apoio da sua equipe pedagógica, é quem faz a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia. Para tanto faz-se necessário considerar as experiências culturais dos educandos, ampliando, a partir delas, os conhecimentos formais e científicos, estabelecendo, assim, uma conexão entre os conteúdos trabalhados e suas reais condições de vida e percepção da realidade. Expressar, em suas práticas pedagógicas, o Brasil das diferentes culturas, levar o aluno a se reconhecer como ser social, historicamente construído. Compreendendo o que é ser negro ou pardo, indígena e como é importante se autodeclarar e se valorizar no ambiente escolar.

VIII - PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL - PAE

O treinamento faz parte da norma do Corpo de Bombeiros temos brigadistas preparados para agir em situações de emergência. O Plano de Atendimento Emergencial envolve a retirada das crianças das escolas com segurança e rotas de fuga e ponto de encontro seguro e faz parte de treinamento prévio. A aplicação do PAE envolve as crianças, professores e demais servidores.